São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Terça-feira, 09 de abril de 2024 | Edição N º 1002

datamercantil.com.br



Governo marca reunião com especialistas para baixar conta de luz, vista como vilã da popularidade

O governo organizou uma reunião com especialistas da área de energia para discutir como amenizar o aumento da conta de luz. Está prevista a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que está pessoalmente preocupado com o tema, depois que integrantes do Palácio do Planalto identificaram que o peso da tarifa de energia é um dos fatores que prejudicam a popularidade do mandatário.

De acordo com esses interlocutores de Lula, a percepção é a de que o peso da conta de luz alimenta a sensação de que a economia do Brasil não vai bem, apesar de haver melhora em indicadores como emprego e inflação.

A reunião está agendada para a tarde desta quarta-feira (10), no Planalto, e a meta é fazer um diagnóstico sobre o que pressiona o custo da energia e receber sugestões para reduzir a tarifa de forma estrutural.

Segundo o cronograma divulgado pelo próprio governo, Lula abre a reunião, e os ministros Alexandre Silveira, de Minas e Energia, e Rui Costa, da Casa Civil, fazem o encerramento.

Não há dúvidas no setor sobre de onde vem a pressão sobre a conta de luz. São inúmeros os estudos mostrando que não é provocada pelo preço da energia elétrica em si, mas pela distribuição desordenada de subsídios e custos adicionais, que não param de crescer.

Boa parte dos aumentos é proposta e aprovada via projetos de lei no Congresso Nacional, por força de lobbies setoriais, não raro com apoio político do governo federal.

Existe neste momento, por exemplo, receio de que o próprio governo Lula promova um aumento do custo da energia para o consumidor residencial no texto da MP (Medida Provisória) que deve assinar nesta terça-feira (9), com a presença de Lula, governadores e parlamentares.

Mantido o que estava na minuta que circulou, os especialistas apontam dois problemas que qualificam como graves. O primeiro deles é a operação que, a pretexto de reduzir o custo da energia no presente, vai elevá-lo no futuro, avalia quem analisou os efeitos da proposta. Folhapress



Economia



Governo estuda baixar meta fiscal de 2025 para entre 0% e 0,25% do PIB

Página - 03

Compra do imóvel usado com FGTS pode ter juros maiores e ficar mais cara

Página - 03



Ambev : Ebitda deve crescer 20% no primeiro trimestre, dizem analistas

Página - 12

Nubank lança conta global para clientes do Ultravioleta, segmento de alta renda

Página - 12



Política

Haddad tem reunião com Lula em meio à crise na Petrobras

Página - 04

Pacheco defende regulação das redes para evitar “captura de mentes”

Página - 04

No Mundo

Netanyahu confirma que invasão de Rafah está mantida e faz mistério sobre data



O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, afirmou nesta segunda-feira (8) que há uma data estabelecida para a invasão da cidade de Rafah, o último refúgio de metade da população da Faixa de Gaza. O premiê, entretanto, não disse quando a ação terá início.

A declaração ocorreu um dia após autoridades israelenses anunciarem a redução do contingente militar no sul de Gaza um porta-voz militar disse à agência de notícias Reuters que apenas uma brigada permanecia na região. O movimento gerou especulações sobre a invasão de Rafah, que vem sendo prometida por Netanyahu a despeito de pressão da comunidade internacional.

"Hoje recebi um relatório detalhado sobre as conversas no Cairo. Estamos constantemente trabalhando para alcançar os nossos objetivos: em primeiro lugar, a libertação de todos os nossos reféns e alcançar uma vitória completa sobre o Hamas", disse Netanyahu. "Essa vitória exige a entrada em Rafah e a eliminação dos batalhões terroristas que estão lá. Isso vai acontecer. Há uma data."

Nos últimos meses, a possível incursão à cidade se tornou um ponto de tensão entre Israel e alguns de seus principais aliados, incluindo os Estados Unidos. O presidente Joe Biden falou pela primeira vez, na semana passada, em condicionar o apoio a Tel Aviv a uma mudança de postura do aliado em Gaza

Em telefonema, o americano afirmou a Bibi, como o premiê israelense é chamado, que o país precisaria adotar passos "específicos, concretos e mensuráveis" para lidar com danos a civis, sofrimento humanitário e segurança de trabalhadores humanitários em Gaza. A advertência aconteceu após um ataque de Israel a um comboio sinalizado da ONG World Central Kitchen (WCK) matar sete trabalhadores humanitários no começo da semana.

Folhapress

Vaticano se opõe à criminalização da homossexualidade em países

O Vaticano se opôs à criminalização da homossexualidade adotada por vários países com o apoio de grupos católicos, disse o chefe do escritório de doutrina do Vaticano na segunda-feira (8).

Apresentando uma publicação que reafirmou a oposição do Vaticano às mudanças de sexo, teoria de gênero e paternidade substituta, o cardeal Victor Manuel Fernandez chamou as leis que punem a homossexualidade de "um grande problema" e disse: "é claro que não somos a favor da criminalização."

Fernandez, um teólogo liberal que o Papa Francisco nomeou como chefe do Dicastério para a Doutrina da Fé do Vaticano há menos de um ano, disse aos repórteres que era "doloroso" ver alguns católicos apoiarem as leis anti-homossexualidade.

Em fevereiro de 2023, retornando de uma viagem à África, onde as relações entre pessoas do mesmo sexo são muitas vezes tabu, Francisco disse que as leis criminalizando as pessoas LGBT eram um pecado e uma injustiça, porque Deus ama e acompanha as pessoas com atração pelo mesmo sexo.

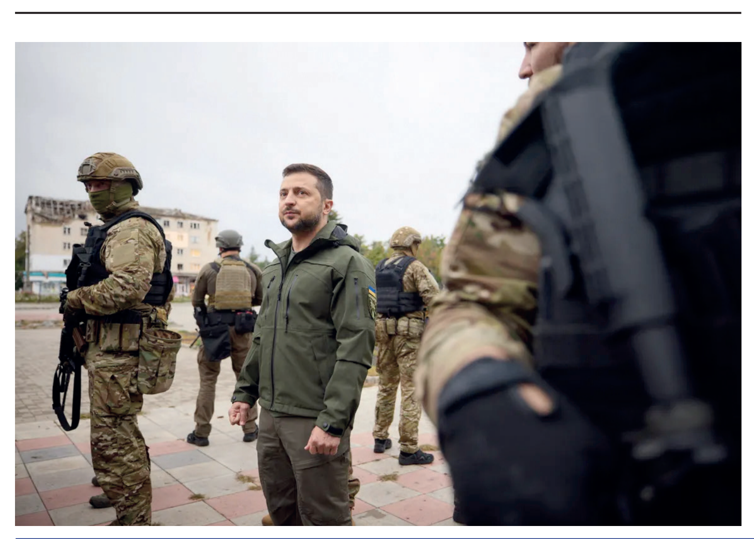
"A criminalização da homossexualidade é um problema que não pode ser ignorado", disse o papa, citando estatísticas anônimas segundo as quais 50 países criminalizam pessoas LGBT "de uma forma ou de outra" e cerca de 10 outros têm leis, incluindo a pena de morte.

Sob Francisco, a Igreja Católica tornou-se mais acolhedora com as pessoas LGBT. Em dezembro, o escritório do cardeal Fernandez emitiu um documento histórico permitindo a bênção de casais do mesmo sexo, desencadeando uma reação conservadora substancial.

No entanto, a Igreja ensina oficialmente que os atos homossexuais "são intrinsecamente desordenados".

CNN

Ucrânia "perderá guerra" se EUA não aprovarem ajuda, diz Zelensky



A Ucrânia "perderá a guerra" se o Congresso dos Estados Unidos não aprovar ajuda militar para resistir à invasão da Rússia, disse o presidente Volodymyr Zelensky.

"É importante abordar especificamente o Congresso: se o Congresso não ajudar a Ucrânia, a Ucrânia perderá a guerra", disse Zelensky no domingo (7) durante uma reunião de vídeo do grupo ucraniano de arrecadação de fundos UNITED24.

"Se a Ucrânia perder esta guerra, outros países serão atacados. Isso é um fato", disse ele.

O aviso de Zelensky, entre os mais fortes desde que a guerra começou há mais de dois anos, vem enquanto o Congresso há meses se recusa a aprovar um pacote de ajuda para a Ucrânia, deixando Kiev para lidar com a escassez de mão de obra e munição, enquanto a Rússia ataca as cidades da Ucrânia com mísseis e testa pontos fracos ao longo da linha de frente.

O Senado dos EUA aprovou uma lei de ajuda externa de 95,3 bilhões de dólares com assistência para Ucrânia e Israel em fevereiro, mas o presidente da Câmara, Mike Johnson, se recusou a realizar uma votação sobre a aprovação do pacote para a Ucrânia.

Zelensky disse anteriormente à CNN que "milhões" podem morrer na guerra da Ucrânia com a Rússia se os legisladores dos EUA não aprovarem o pacote de ajuda.

Quando a Rússia lançou sua invasão em fevereiro de 2022, pensou que levaria dias para Kiev e o resto do país em semanas. No que provou ser um erro de cálculo desastroso para Moscou, a Ucrânia repeliu o ataque inicial à sua capital e, mais tarde, em 2022, recuperou alguns dos territórios invadidos pela Rússia.

As linhas de frente desde então têm sido em grande parte estáticas, com a Rússia continuando a ocupar cerca de um quinto do território da Ucrânia.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da*



Governo estuda baixar meta fiscal de 2025 para entre 0% e 0,25% do PIB



O governo estuda fixar a meta fiscal de 2025 para um patamar entre 0% e 0,25% do PIB.

Para o ano que vem, o objetivo indicado na apresentação do novo arcabouço fiscal pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, era de um superávit de 0,5% do PIB.

Mas os dados preliminares da previsão de receitas disponíveis até o momento apontam um quadro "quase impossível" de aumento adicional de arrecadação para o cumprimento da meta, nas palavras de um integrante do governo envolvido nas discussões.

A nova meta fiscal de 2025 constará no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) a ser enviado ao Congresso Nacional no próximo dia 15 de abril. Não há, no momento, discussão sobre mudar a meta zero de déficit de 2024.

Caso seja necessário alterar a meta, a área econômica quer garantir um patamar que não permita déficit das contas públicas no ano que vem.

Os técnicos ainda fazem as contas. A discussão envolve a premissa que meta zero é piso. A orientação dos ministros da JEO (Junta de Execução Orçamentária) é que seja uma meta factível, que ao mesmo tempo não demonstre um recuo do processo de consolidação fiscal e nem seja irrealista.

O diagnóstico é que uma meta irrealista gera mais incerteza no mercado com a indicação de que o governo teria que lançar mão de medidas para aumentar os impostos com risco de prejudicar o ambiente econômico.

A JEO é o colegiado responsável pelas decisões orçamentárias. Ele é formado, além de Haddad, pelos ministros Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão). O colegiado deve se reunir pelo menos duas vezes nesta semana para discutir a mudança da meta para subsidiar a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Um valor menor do que zero é considerado um recuo injustificável, com um sinal negativo, inclusive, em relação ao compromisso com a meta deste ano.

Adriana Fernandes/Folhapress

Pix bate recorde e supera 200 milhões de transações em um dia

Sistema de transferências instantâneas do Banco Central (BC), o Pix bateu novo recorde na última sexta-feira (5). Pela primeira vez, a modalidade superou a marca de 200 milhões de transações em 24 horas.

Somente no último dia 5, foram feitas 201,6 milhões de transferências via Pix para usuários finais. Diferentemente dos recordes recentes, dessa vez a alta demanda comprometeu o funcionamento do Pix. Segundo o BC, os sistemas do órgão funcionaram com estabilidade, mas diversas instituições financeiras registraram instabilidade na ferramenta Pix ao longo de toda a sexta-feira.

No sábado (6), foram feitas 171,4 milhões de transações. Segundo o BC, o volume é recorde para esse dia da semana.

O recorde diário anterior tinha sido registrado em 7 de março, com 178,686 milhões de transações num único dia.

Criado em novembro de 2020, o Pix acumulou, no fim de março, 161,99 milhões de usuários, conforme as estatísticas mensais mais recentes. Desse total, 147,95 milhões eram pessoas físicas; e 14,04 milhões, pessoas jurídicas. Em fevereiro, segundo os dados consolidados mais recentes, o sistema superou a marca de R$ 1,71 trilhão movimentados.

Wellton Máximo/ABR



Compra do imóvel usado com FGTS pode ter juros maiores e ficar mais cara



Financiar imóvel usado pela linha Pró-cotista (Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do FGTS) pode ficar mais caro para os compradores.

Uma proposta feita na última reunião do Conselho Curador do FGTS, em 26 de março, defende aumentar a taxa de juros para tomadores de crédito com o uso do Fundo de Garantia. A medida seria para garantir recursos para a construção de novos imóveis.

Na linha Pró-cotista, direcionada à classe média, 70% das unidades são usadas, segundo a Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

A Pró-cotista é usada para o financiamento de imóveis acima de R$ 500 mil por trabalhadores titulares de contas vinculadas ao FGTS e permite financiar até 80% do valor de avaliação do imóvel. Suas taxas de juros estão entre as mais baratas do mercado, perdendo apenas para as praticadas no programa Minha Casa, Minha Vida.

Para imóveis até R$ 350 mil, a taxa é de de 7,66% ao ano; para imóveis acima de R$ 350 mil, é de 8,16% ao ano. O setor da construção propõe que o Pró-cotista financie imóvel usado com correção atrelada ao rendimento da poupança. Em média, hoje, a taxa chega a 10% ao ano.

"Queremos igualar os juros para o cliente escolher de onde quer tirar o dinheiro [poupança ou FGTS]", afirma Renato Correia, presidente da Cbic.

O objetivo, ele diz, é que o imóvel usado volte a ocupar 10% da aplicação do FGTS. Por causa da alta da Selic (taxa básica de juros) que reduziu a captação de recursos da poupança, em 2023, o uso chegou a 38%.

Além da sangria na poupança, a possível mudança na correção do saldo do FGTS tem causado inquietação no mercado imobiliário.

A chamada revisão do FGTS, que questiona a constitucionalidade do uso da TR (Taxa Referencial) na correção do dinheiro depositado no Fundo de Garantia está em discussão no STF, sem data para julgamento.

Ana Paula Branco/Folhapress

Política

Haddad tem reunião com Lula em meio à crise na Petrobras



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reúne na tarde da segunda-feira (8) com o ministro Fernando Haddad (Fazenda), em meio à crise na Petrobras.

O encontro está previsto na agenda oficial das autoridades para às 18h no Palácio do Planalto. O ministro era esperado na manhã desta segunda no Rumos 2024, evento virtual promovido pelo jornal Valor Econômico em São Palo, mas foi cancelou sua presença.

Haddad iria presencialmente à abertura do evento, mas mudou de planos após ser convocado pelo presidente para reunião no Palácio da Alvorada na noite do domingo (7). Na pauta, sucessão da Petrobras.

O ministro escalou seu secretário-executivo, Dario Durigan, para participar do evento.

Ele deixou São Paulo no fim da tarde, mas o encontro com Lula não ocorreu. Embora não confirmada pela assessoria do presidente, a reunião estava prevista para as 20h e acabou cancelada. A causa seria a contrariedade de Lula com vazamento da agenda extraoficial.

A expectativa era que Haddad intercedesse em favor da permanência de Jean Paul Prates na presidência da Petrobras, sob argumento de que não haveria motivos técnicos para sua demissão.

A crise na companhia expôs falta de coordenação no governo Lula 3 e acirrou intrigas e atritos na Esplanada. Apontada por aliados do presidente como um momento difícil do terceiro mandato de Lula, a semana passada foi marcada por desconfiança entre os principais ministros do governo. A tensão toma conta da equipe do presidente em meio à tentativa do governo de reverter a tendência de queda na sua aprovação, buscando soluções para ajustar uma comunicação criticada e pressionando ministros pela entrega de resultados.

No caso da Petrobras, a crise ganhou novos contornos com a decisão de não pagar dividendos extraordinários aos seus acionistas, num movimento que desagradou mercado e contrariou o Prates. Haddad concordou com o presidente da Petrobras, mas foi voto vencido. Catia Seabra/Folhapress

Planejamento quer emendas em piso para investimentos, e Planalto insiste em PAC com mais dinheiro

A necessidade de reservar 0,6% do PIB do Orçamento de 2025 para investimentos públicos abriu um impasse dentro do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O Ministério do Planejamento e Orçamento quer permitir o uso de até metade da reserva de emendas parlamentares para alcançar o montante obrigatório, que hoje ficaria em torno de R$ 74 bilhões, mas a ideia enfrenta resistências do Palácio do Planalto.

Na prática, contabilizar as emendas no piso dos investimentos reduz a pressão sobre o Executivo, que poderia destinar menos recursos a essa finalidade.

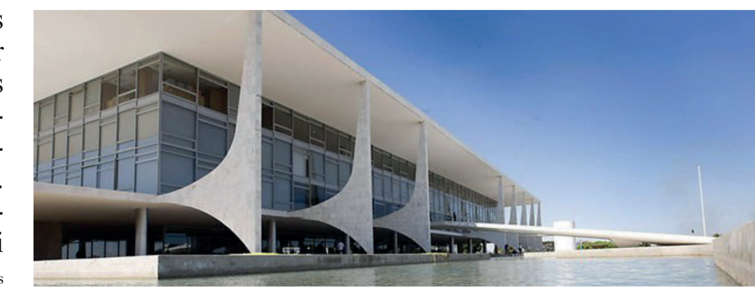
O Planejamento vê nisso uma fonte de alívio para a gestão fiscal, sobretudo em um contexto de avanço das despesas obrigatórias. Representantes do Ministério da Fazenda também veem a proposta com simpatia.

Já o Planalto critica a ideia justamente pela perspectiva de redução de verbas próprias para obras federais, o que poderia afetar o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), uma das prioridades de Lula para ajudar a impulsionar a economia.

O argumento da ala política é que os gastos com emendas são pulverizados, destoando do propósito original da regra incluída no novo arcabouço fiscal, que é preservar os gastos de maior qualidade e com impacto econômico positivo, como seriam os investimentos estruturantes.

Auxiliares de Lula almejam usar o piso exclusivamente para fortalecer o PAC, coordenado pela Casa Civil, e outras ações do Executivo, como foi feito em 2024.

A proposta orçamentária original previa R$ 69,7 bilhões para investimentos, pouco acima do piso de R$ 68,5 bilhões exigido pelo novo arcabouço fiscal. A estratégia foi combiná-lo com outras regras de aplicação obrigatória por exemplo, investindo em Saúde ou Educação para atender a dois pisos ao mesmo tempo. Idiana Tomazelli/Folhapress



Pacheco defende regulação das redes para evitar “captura de mentes”



O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou, na segunda-feira (8), que a regulamentação das redes sociais é “fundamental” para evitar a “captura de mentes”

“Eu considero [a regulação das redes] fundamental”, disse Pacheco.

“Não é censura, não é limitação da liberdade de expressão, são regras para o uso dessas plataformas digitais para que não haja capturas de mentes de forma indiscriminada que possa manipular desinformações, disseminar ódio, disseminar violência, ataques a instituições.”

A declaração do presidente do Senado vem na esteira da repercussão das críticas feitas pelo CEO do X (ex-Twitter), o empresário sul-africano Elon Musk, ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, sobre os bloqueios de contas da rede sociais determinadas pela Justiça brasileira.

O bilionário chegou a ameaçar descumprir as ordens judiciais impostas por Moraes nos últimos anos e reativar contas bloqueadas por disseminação de fake news, ataques às instituições democráticas e propagação de discursos de ódio.

Pacheco afirmou ainda que a participação intensa do judiciário nas decisões sobre plataformas digitais acontece por não haver uma legislação própria para o assunto.

O presidente do Senado também disse que as plataformas e o judiciário nem sempre acertam, mas é necessário a criação de uma lei para que se evite erros.

“As plataformas não acertam sempre e também não erram sempre. O poder judiciário também não acerta sempre. Ele pode eventualmente errar, mas é muito mais fácil errar em um ambiente que tenha uma lei que discipline do que o contrário.”

O presidente do Senado ainda também afirmou que a internet não pode ser utilizada para “disseminar estupidez”.

CNN



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Petróleo fecha em queda, após Israel reduzir número de tropas no sul de Gaza



Os preços do petróleo recuaram nesta segunda-feira, 8, com as tensões no Oriente Médio mais moderadas após as notícias de que Israel diminuiu suas tropas terrestres no sul da Faixa de Gaza. O movimento acontece depois de uma forte ascensão no preço dos barris de petróleo na semana passada. O WTI para maio fechou em queda de 0,55% (US$ 0,48), a US$ 86,43 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para junho caiu 0,87% (US$ 0,79), a US$ 90,38 o barril, na Intercontinental Exchange."O petróleo cai à medida que Israel diminui as tropas terrestres no sul de Gaza, embora o Hamas diga que o acordo de trégua permanece num impasse", comentou a Spartan Capital em relatório. Recentemente, os EUA redobraram sua pressão para que o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, não dê sequência em seu plano de uma incursão terrestre na região de Rafah, no sul de Gaza.

IstoéDinheiro

IMB Têxtil S.A.

CNPJ/MF nº 58.500.398/0001-05

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9.768	8.475	14.721	9.716
Contas a receber de clientes	60.286	59.688	79.142	76.998
Estoques	21.138	29.660	21.138	29.660
Impostos a recuperar	3.191	7.817	3.308	7.826
Adiantamentos	2.042	2.010	2.075	2.073
Dividendos a receber	8.830	1.800	–	–
Total do ativo circulante	**105.255**	**109.450**	**120.384**	**126.273**
Não circulante				
Contas a receber de clientes	–	42	–	42
Outras contas a receber	21	21	21	21
Impostos a recuperar	–	2.637	–	2.637
Adiantamentos	240	561	240	561
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.591	9.496	8.591	9.496
Mútuos financeiros entre partes relacionadas	–	–	15.887	16.050
Depósitos judiciais	926	795	926	795
Ativo de direito de uso	8.976	11.088	8.976	11.088
Investimentos	22.144	24.315	–	–
Imobilizado	2.424	2.669	2.464	2.721
Intangível	759	1.124	759	1.220
Total do ativo não circulante	**44.081**	**52.748**	**37.864**	**44.631**
Total do ativo	**149.336**	**162.198**	**158.248**	**170.904**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Fornecedores	8.210	9.647	8.210	9.647
Empréstimos e financiamentos	14.465	20.945	14.465	20.945
Passivo de arrendamento	2.278	2.086	2.278	2.086
Obrigações sociais e trabalhistas	5.090	4.403	7.529	6.028
Obrigações tributárias	5.081	3.242	5.770	3.780
Imposto de renda e contribuição social	536	398	2.753	2.405
Dividendos a pagar	22.888	6.758	22.888	6.758
Outras contas a pagar	3.670	4.714	5.017	6.386
Total do passivo circulante	**62.218**	**52.193**	**68.910**	**58.035**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	18.010	29.882	18.010	29.882
Obrigações sociais e trabalhistas	400	801	443	886
Obrigações tributárias	352	–	2.292	2.304
Imposto de renda e contribuição social	–	–	237	475
Provisão para contingências	–	416	–	416
Passivo de arrendamento	7.644	9.878	7.644	9.878
Outras contas a pagar	222	520	222	520
Total do passivo não circulante	**26.628**	**41.497**	**28.848**	**44.361**
Patrimônio líquido				
Capital social	29.653	29.653	29.653	29.653
Reserva de lucros	13.383	21.401	13.383	21.401
Reserva de capital	17.454	17.454	17.454	17.454
Total do patrimônio líquido	**60.490**	**68.508**	**60.490**	**68.508**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**149.336**	**162.198**	**158.248**	**170.904**

Demonstrações dos Resultados Período findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	147.092	146.766	182.170	182.823
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(81.426)	(86.749)	(81.426)	(86.749)
Lucro bruto	**65.666**	**60.017**	**100.744**	**96.074**
Despesa de vendas	(23.764)	(24.355)	(28.375)	(28.970)
Despesas gerais e administrativas	(29.282)	(27.136)	(31.744)	(28.717)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(774)	(504)	(1.052)	(523)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(497)	36	(593)	36
Resultado equivalência patrimonial	23.781	25.952	–	–
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**35.130**	**34.010**	**38.980**	**37.900**
Despesas financeiras	(7.765)	(8.456)	(8.029)	(8.756)
Receitas financeiras	2.168	2.587	3.143	3.433
Resultado financeiro líquido	**(5.597)**	**(5.869)**	**(4.886)**	**(5.323)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**29.533**	**28.141**	**34.094**	**32.577**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.088)	(768)	(6.649)	(5.204)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(905)	(339)	(905)	(339)
Total do imposto de renda e contribuição social	**(2.993)**	**(1.107)**	**(7.554)**	**(5.543)**
Lucro líquido do exercício	**26.540**	**27.034**	**26.540**	**27.034**

Demonstrações das Mutações do Patrimonio Líquido Período findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

			Reserva de lucros				Controladora e Consolidado
	Nota	**Capital social**	**Reserva de capital**	**Reserva legal**	**Lucros à destinar**	**Lucro/(Prejuizos) acumulados**	**Total**
Saldos em 01 de janeiro de 2022		**29.653**	**17.454**	**1.126**	**19.419**	**–**	**67.652**
Dividendos mínimos obrigatórios – 2021		–	–	–	(5.632)	–	(5.632)
Dividendos adicionais propostos – 2021		–	–	–	(13.788)	–	(13.788)
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	27.034	27.034
Constituição de reserva de lucros		–	–	–	27.034	(27.034)	–
Constituição da reserva legal		–	–	1.352	(1.352)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios – 2022		–	–	–	(6.758)	–	(6.758)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	28	**29.653**	**17.454**	**2.478**	**18.923**	**–**	**68.508**
Dividendos adicionais propostos – 2022		–	–	–	(18.923)	–	(18.923)
Dividendos intermediários – 2023		–	–	–	(9.000)	–	(9.000)
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	26.540	26.540
Constituição de reserva de lucros		–	–	–	26.540	(26.540)	–
Dividendos mínimos obrigatórios – 2023		–	–	–	(6.635)	–	(6.635)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	28	**29.653**	**17.454**	**2.478**	**10.905**	**–**	**60.490**

Demonstrações do Valor Adicionado Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	176.273	176.985	213.452	215.202
Outras receitas	(496)	–	(593)	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão (constituição)	(774)	(504)	(1.052)	(523)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(96.939)	(105.198)	(96.939)	(105.198)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(23.777)	(23.619)	(24.922)	(24.762)
Perda e recuperação de valores ativos	(349)	(214)	(349)	(227)
Valor adicionado bruto	**53.938**	**47.450**	**89.597**	**84.492**
Depreciação e amortização	(2.921)	(2.574)	(2.932)	(2.578)
Valor adicionado líquido gerado	**51.017**	**44.876**	**86.665**	**81.914**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	23.781	25.952	–	–
Receitas financeiras	2.168	2.587	3.143	3.433
Valor adicionado total a distribuir	**76.966**	**73.415**	**89.808**	**85.347**
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	12.880	13.714	17.258	17.547
Benefícios	2.064	2.104	2.448	2.371
FGTS	976	989	1.187	1.160
Valor distribuído – Empregados	**15.920**	**16.807**	**20.893**	**21.078**
Tributos				
Federais	15.645	11.464	22.447	18.038
Estaduais	7.110	6.005	7.110	6.005
Municipais	337	368	1.120	1.137
Valor distribuído – Tributos	**23.092**	**17.837**	**30.677**	**25.180**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	7.765	8.456	8.029	8.756
Aluguéis	2.785	2.539	2.805	2.558
Royalties	864	742	864	741
Valor distribuído – Remuneração de capitais de terceiros	**11.414**	**11.737**	**11.698**	**12.055**
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido do exercício	26.540	27.034	26.540	27.034
Valor distribuído – Remuneração de capitais próprios	**26.540**	**27.034**	**26.540**	**27.034**
Distribuição do valor adicionado	**76.966**	**73.415**	**89.808**	**85.347**

Demonstrações de Resultados Abrangentes Período findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	26.540	27.034	26.540	27.034
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**26.540**	**27.034**	**26.540**	**27.034**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Resultado líquido do exercício	**26.540**	**27.034**	**26.540**	**27.034**
Ajustes para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(23.781)	(25.952)	–	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	774	504	1.052	523
Provisão para contingências	(148)	369	(148)	369
Provisão para perda de estoques	212	(154)	212	(154)
Baixa de ativo imobilizado e ativo intangível	497	2	593	2
Impostos diferidos	905	339	905	339
Imposto de renda e contribuição social	2.088	768	6.649	5.204
Juros sobre arrendamentos	830	887	830	887
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.182	6.739	6.182	6.739
Depreciação e amortização	2.921	2.574	2.932	2.578
Outros	1.354	382	3.160	512
	18.374	**13.492**	**48.907**	**44.033**
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(4.553)	(3.770)	(8.291)	(7.386)
Estoques	9.583	(4.170)	9.583	(4.170)
Impostos a recuperar	7.860	5.288	7.860	5.288
Adiantamentos	156	(2.753)	187	(2.757)
	13.046	**(5.405)**	**9.339**	**(9.025)**
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	(1.437)	(4.569)	(1.437)	(4.569)
Obrigações sociais e trabalhistas	19	(1.923)	790	(1.817)
Obrigações tributárias	2.191	1.968	1.977	1.604
Outras contas a pagar	(1.343)	(630)	(1.666)	1.022
	(570)	**(5.154)**	**(336)**	**(3.760)**
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	**30.850**	**2.933**	**57.910**	**31.248**
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	(3.815)	(6.080)	(3.815)	(6.080)
Pagamento de encargos de arrendamentos	(830)	(887)	(830)	(887)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.950)	(370)	(6.539)	(4.841)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	**24.254**	**(4.404)**	**46.726**	**19.440**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Recebimento de dividendos	18.922	25.518	–	–
Pagamento de dividendos	(18.428)	(19.420)	(18.428)	(19.420)
Adições ao imobilizado	(215)	(663)	(215)	(718)
Adições ao intangível	(402)	(114)	(402)	(114)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades de investimento	**(123)**	**5.321**	**(19.045)**	**(20.252)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Mútuo com partes relacionadas	–	–	163	(8.863)
Captação de empréstimos e financiamentos	–	14.830	–	14.830
Pagamento de passivos com arrendamentos	(2.121)	(1.839)	(2.121)	(1.839)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(20.718)	(9.881)	(20.718)	(9.881)
Fluxo de caixa gerado pelas (usados nas) atividades de financiamento	**(22.839)**	**3.110**	**(22.676)**	**(5.753)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.293**	**4.027**	**5.005**	**(6.565)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.475	4.448	9.716	16.281
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.768	8.475	14.721	9.716
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.293**	**4.027**	**5.005**	**(6.565)**

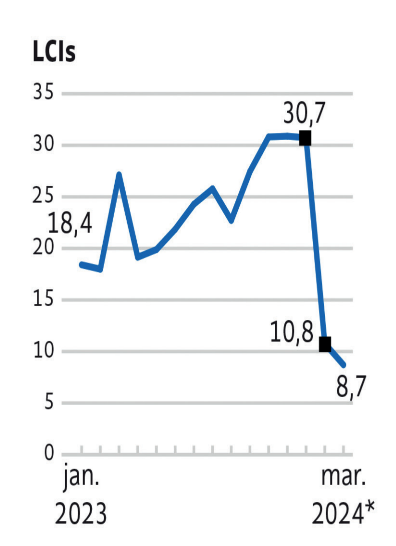
Nota Explicativa

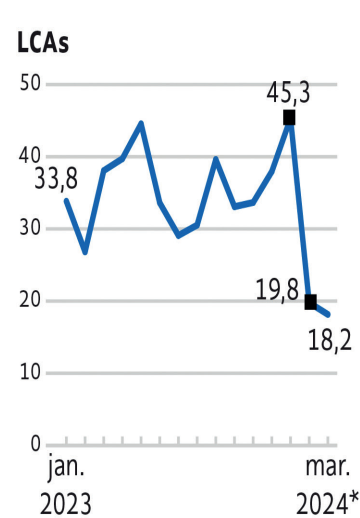
A IMB Têxtil S.A., fundada em janeiro de 1988, é uma sociedade anônima, localizada na cidade de São Paulo. Em conjunto com as suas controladas, atuam no varejo, por meio de franquias da marca Puket, que atua no ramo de vestuário, especialmente *underwear* e *sleep wear*, e possui 179 franquias.

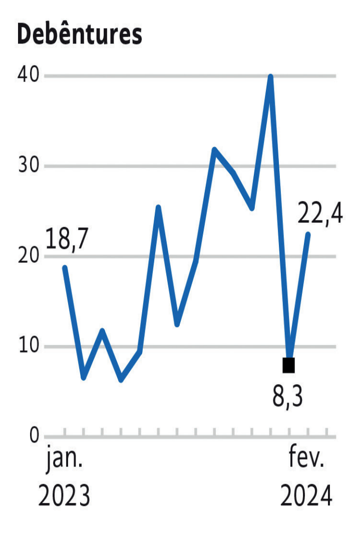
Wellington Einstein Dalvi dos Santos
Diretor Executivo
Davit do Couto Cordeiro – Contador CRC RJ-102.878/0-0

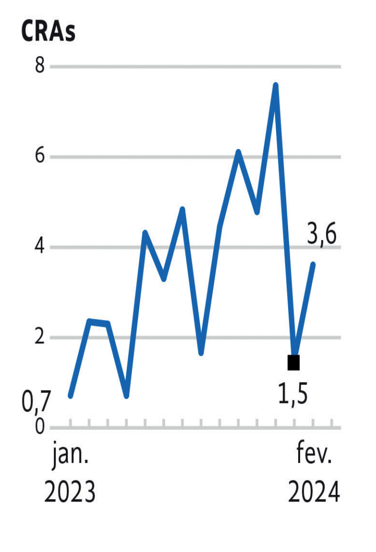
Emissões de LCA e LCI caem, enquanto as de debêntures e certificados de recebíveis aumentam

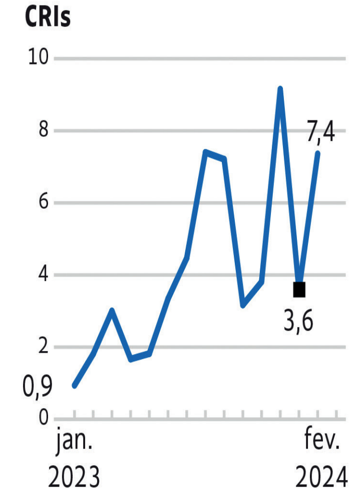
Volume mensal de emissões, em R$ bilhões











* Até dia 22 Fontes: Anbima e B3

Publicidade Legal

BR SP Participações S.A.

CNPJ(MF) nº 15.186.274/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2023, permanecemos a disposição para prestar esclarecimentos. São Paulo/SP, 09/04/2024. ***A Diretoria.***

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31/12/2023 E 2022 *(Em R$ mil)*

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Circulante	**106.778**	**150**	Salários e obrigações sociais	11	11
Caixa e equivalentes de caixa	106.751	69	Tributos a pagar	540	22
Contas a receber		54	Partes relacionadas	108	59
Despesas antecipadas	27	27	Outros passivos	120	403
Não circulante	**231**	**165.134**	**Não circulante**	**901**	**1.331**
Tributos a recuperar	214	200	Tributos diferidos	1	1
Estoques – imóveis a comercializar		163.372	Partes relacionadas		300
Outros ativos		1.537	Parcelamento de tributos	900	1.030
Imobilizado	17	25	**Patrimônio líquido**	**104.453**	**162.582**
Total do ativo	**107.009**	**165.284**	Capital social	176.216	176.216
Passivo	**2023**	**2022**	Reserva de capital	12.274	12.274
Circulante	**1.655**	**1.372**	Prejuízos acumulados	(84.037)	(25.908)
Fornecedores	878	876	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**107.009**	**165.284**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1° de janeiro de 2022	**174.216**	**12.274**	**(22.254)**	**164.236**
Aumento de capital	2.000			2.000
Prejuízo do exercício			(3.654)	(3.654)
Em 31 de dezembro de 2022	**176.216**	**12.274**	**(25.908)**	**162.582**
Prejuízo do exercício			(58.129)	(58.129)
Em 31 de dezembro de 2023	**176.216**	**12.274**	**(84.036)**	**104.453**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2023	2022
OPERAÇÕES CONTINUADAS		
Receita operacional líquida	113.817	(4.730)
Custo da venda de unidades imobiliárias	(163.468)	5.078
LUCRO BRUTO	**(49.651)**	**348**
Despesas gerais e administrativas	(8.624)	(4.552)
Outros resultados operacionais, líquidos	(1.248)	408
Prejuízo operacional	**(59.524)**	**(3.797)**
Receitas financeiras, líquidas	1.697	219
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	**(57.827)**	**(3.578)**
Imposto de renda e contribuição social	(302)	(77)
Prejuízo do exercício	**(58.129)**	**(3.655)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

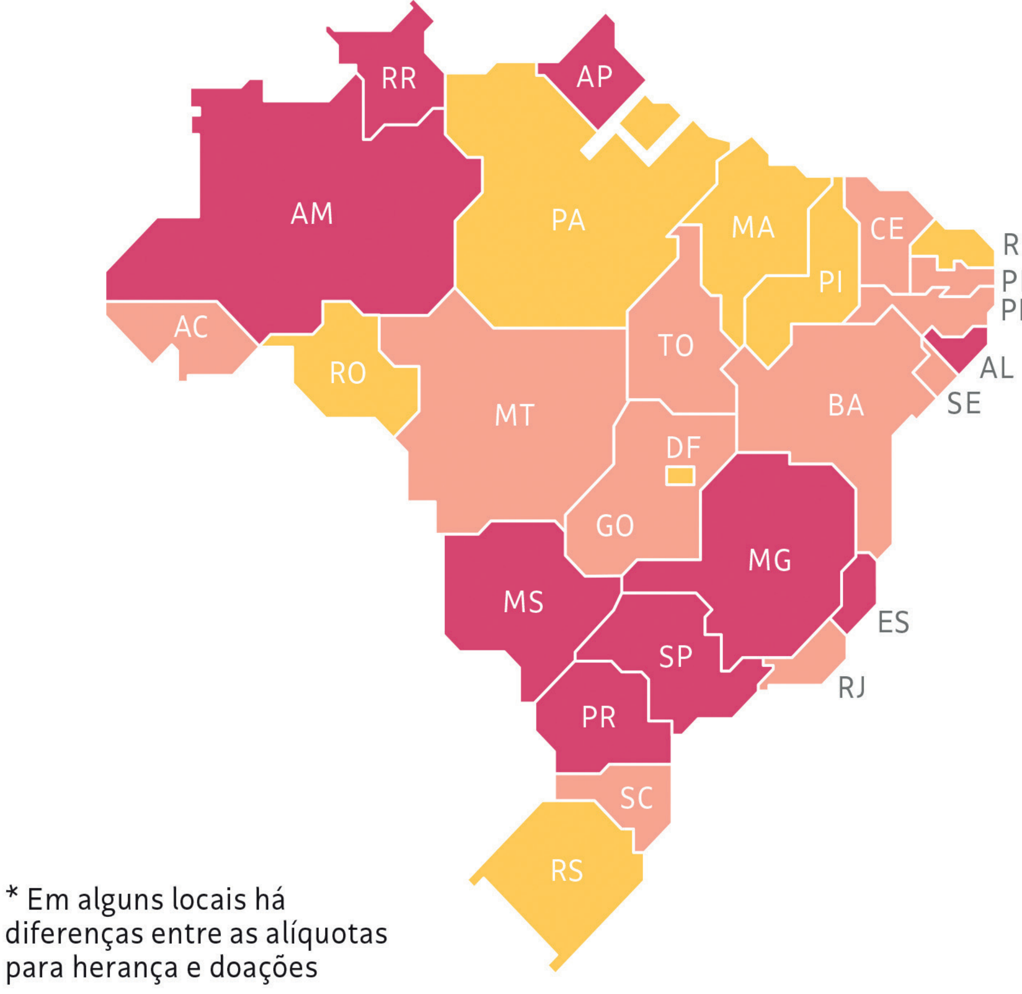
	2023	2022
Fluxos de caixa das ativ. operacionais		
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(57.826)	(3.577)
Ajustes de		
Depreciação	8	8
Provisão para contingências	(151)	108
Variação do capital circulante		
Contas a receber	54	5.049
Estoques - imóveis a comercializar	163.372	(5.087)
Despesas antecipadas		(1)
Tributos a recuperar	(69)	(65)
Outros ativos	1.429	(109)
Fornecedores	1	2
Tributos diferidos	1	(203)
Tributos a pagar	284	9
Partes relacionadas	49	4
Parcelamento de tributos	(108)	(161)
Outros passivos	(47)	2
Caixa aplicado nas operações	**106.997**	**(4.021)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15)	(22)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**106.982**	**(4.043)**
Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	(300)	300
Aumento de capital		2.000
Caixa líq. gerado pelas ativid. de financiamento	**(300)**	**2.300**
Aumento de caixa e equivalentes, líquidos	106.682	(1.743)
Caixa e equivalentes, início do exercício	**69**	**1.811**
Caixa e equivalentes, final do exercício	**106.751**	**69**

A Diretoria — **Albérico D'able Silva** - Contador - CRC PE 022257/O-0

Imposto sobre herança e doação varia de 1% a 8% no Brasil

Alíquotas coletadas em mar.2024*

- Alíquotas progressivas menores que 8%
- Alíquotas progressivas com máxima de 8%
- Alíquota única e abaixo de 8%*



* Em alguns locais há diferenças entre as alíquotas para herança e doações

Fonte: Secretarias de Fazenda e escritório Mattos Filho

Indústrias Colombo S.A.

CNPJ/ME nº 45.127.545/0001-00 - NIRE 35300576586

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2024

Data/hora/local: 15/03/2024, 10hs, na sede social. **Participantes:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Leonildo Colombo, presidente; Sr. João Luiz Colombo, secretário. **Deliberações aprovadas**: A alienação fiduciária, oneração, hipoteca ou qualquer outra forma de constituição em garantia, a qualquer tempo, do Imóvel MIAC, em favor do Banco do Brasil S.A., como garantia no âmbito de operações de crédito contraídas pela Companhia no valor de até R$ 90.800.000,00. Dessa forma, aprovam, também, que a diretoria da Companhia e/ou seus procuradores, a praticar todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação das deliberações. Nada mais. JUCESP nº 126.660/24-4 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 30.507.541/0001-71 – NIRE 35.300.574.095

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. **Maurício Caviglia**, Diretor Presidente da Companhia, nos termos do Artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), **convoca** todos os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, localizada na Alameda Rio Negro, nº 500, sala 402, Torre 2, Condomínio West Towers, Alphaville, Barueri-SP, CEP 06454-000, no próximo dia **17 de abril de 2024**, às **10:00**, em 1ª chamada, e às **11:00**, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: **(i)** consignar a atualização da qualificação da Diretora Jurídica, **Kamila Aparecida Paiva de Menezes Whelehan**, em vista da mudança do seu estado civil e nome; **(ii)** alteração na forma de administração da Companhia; **(iii)** em se aprovando o item "ii" anterior, nomeação e eleição do Sr. **Fernando Luis Portela de Oliveira** ao cargo de Diretor Financeiro; **(iv)** em se aprovando o item "ii" e "iii" acima, alteração do Artigo 11 do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia; e **(v)** aprovação e consolidação do Estatuto Social da Companhia. Barueri-SP, 04 de abril de 2024. ***Maurício Caviglia*** *– Diretor Presidente.* (05, 06 e 09/04/2024)

Conexão BR Assessor de Investimento Ltda.

CNPJ/MF nº 08.342.780/0001-60

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Srs. Sócios da **Conexão BR Assessor de Investimento Ltda.**, em atendimento ao Contrato Social e Acordo de Sócios da Sociedade, bem como, nos exatos termos da legislação vigente, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária de Sócios, a realizar-se em 16/04/2024, às 10 horas, em primeira convocação, e às 10h30m, em segunda convocação, presencialmente na sede da Sociedade e virtualmente mediante acesso ao link: https://meet.google.com/awy-penb-fzj, instalando-se com a presença, em primeira convocação, de sócios titulares de ¾ do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos do art. 1.074 do Código Civil, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **(a)** Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Sociedade referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(b)** Ratificar as distribuições de lucros e resultados em relação ao exercício social encerrado em 31/12/2023. São Paulo, 04/04/2024. ***Erich Beletti*** *– Administrador.* (06 e 09/04/2024)

Matrix Energy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.834.826/0001-84 | NIRE: 35.300.463.111

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Matrix Energy Participações S.A.

A **Matrix Energy Participações S.A.**, sociedade anônima, constituída em 17 de fevereiro do ano de 2014, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 03, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 19.834.826/0001-84, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.463.111, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 09h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 03, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 8 de abril de 2024. **Matrix Energy Participações S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho –** ***Diretor Presidente. (06, 09 e 10/04/2024)***

Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

CNPJ/MF nº 17.858.631/0001-49 | NIRE: 35.300.502.221

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

A **Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.**, sociedade anônima, constituída em 26 de março do ano de 2013, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 01, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 17.858.631/0001-49, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.502.221, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 10h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 01, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 12, parágrafo segundo do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 8 de abril de 2024. **Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho –** ***Diretor Presidente. (06, 09 e 10/04/2024)***

Confira no nosso site as principais notícias do dia:

datamercantil.com.br





Publicidade Legal

Uni.Co S.A.

CNPJ/MF nº 15.825.887/0001-24

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	48	7	19.185	16.758
Contas a receber de clientes	–	–	101.334	108.148
Estoques	–	–	36.469	51.138
Impostos a recuperar	35	40	4.273	8.666
Adiantamentos	–	–	2.794	4.937
Outras contas a receber	–	–	111	343
Dividendos a receber	2.445	533	.	–
Total do ativo circulante	**2.528**	**580**	**164.666**	**189.990**
Não circulante				
Contas a receber de clientes	–	–	884	379
Outras contas a receber	–	–	21	150
Impostos a recuperar	–	–	–	2.637
Adiantamentos	–	–	294	678
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	8.591	9.496
Depósitos judiciais	–	–	5.717	5.495
Ativo de direito de uso	–	–	15.742	19.174
Investimentos	34.873	36.054	–	–
Imobilizado	–	–	5.226	6.156
Intangível	–	–	29.096	31.039
Total do ativo não circulante	**34.873**	**36.054**	**65.571**	**75.204**
Total do ativo	**37.401**	**36.634**	**229.737**	**265.194**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Fornecedores	–	–	13.225	18.400
Empréstimos e financiamentos	–	–	28.247	23.838
Passivo de arrendamento	–	–	3.446	3.167
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	11.813	10.234
Obrigações tributárias	–	–	12.212	10.392
Imposto de renda e contribuição social	–	–	3.790	3.738
Investimentos a pagar	–	–	2.064	5.178
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	111	141
Obrigações tributárias diferidos	–	–	59	74
Outras contas a pagar	–	–	7.576	9.957
Total do passivo circulante	**–**	**–**	**82.543**	**85.119**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	62.616	87.702
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	899	1.814
Obrigações tributárias	–	–	2.798	3.133
Imposto de renda e contribuição social	–	–	580	1.160
Provisão para contingências	–	–	26.900	27.699
Passivo de arrendamento	–	–	15.192	18.594
Investimentos a pagar	–	–	536	2.710
Outras contas a pagar	–	–	272	629
Total do passivo não circulante	**–**	**–**	**109.793**	**143.441**
Patrimônio líquido				
Capital social	117.946	117.946	117.946	117.946
Prejuízo acumulado	(78.900)	(79.944)	(78.900)	(79.944)
Ajustes acumulados de conversão	(1.645)	(1.368)	(1.645)	(1.368)
Total do patrimônio líquido	**37.401**	**36.634**	**37.401**	**36.634**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**37.401**	**36.634**	**229.737**	**265.194**

Demonstrações dos Resultados – Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	–	–	239.383	258.001
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	–	–	(106.887)	(124.641)
Lucro bruto	**–**	**–**	**132.496**	**133.360**
Despesa de vendas	–	–	(48.922)	(50.000)
Despesas gerais e administrativas	(105)	(477)	(52.909)	(60.115)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos	–	(25.411)	637	(28.130)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	–	(432)	440
Resultado equivalência patrimonial	1.149	(12.390)	–	–
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**1.044**	**(38.278)**	**30.870**	**(4.445)**
Despesas financeiras	(2)	–	(25.779)	(23.548)
Receitas financeiras	2	14	5.586	6.628
Resultado financeiro líquido	**–**	**14**	**(20.193)**	**(16.920)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.044**	**(38.264)**	**10.677**	**(21.365)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(8.759)	(7.953)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(874)	(8.946)
Total do imposto de renda e contribuição social	**–**	**–**	**(9.633)**	**(16.899)**
Lucro ou (Prejuízo) líquido do exercício	**1.044**	**(38.264)**	**1.044**	**(38.264)**
Resultado por ação ordinária básico e diluído (em R$)	0,012	(0,468)		

Demonstrações de Resultados Abrangentes Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro ou (Prejuízo) líquido do exercício	**1.044**	**(38.264)**	**1.044**	**(38.264)**
Ajustes acumulados de conversão	(277)	329	(277)	329
Resultado abrangente do exercício	**767**	**(37.935)**	**767**	**(37.935)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	**1.044**	**(38.264)**	**1.044**	**(38.264)**
Ajustes para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.149)	12.390	–	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	–	–	(637)	2.719
Provisão para contingências	–	–	(203)	(1.099)
Provisão para perda de estoques	–	–	(113)	(285)
Baixa de ativo imobilizado e ativo intangível	–	–	928	67
Baixa de passivo de arrendamento	–	–	–	48
Impostos diferidos	–	–	905	339
Imposto de renda e contribuição social	–	–	8.728	7.905
Juros sobre aquisições	–	–	706	882
Juros sobre arrendamentos	–	–	1.549	1.623
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	15.206	15.826
Impairment de ativo	–	25.411	–	34.065
Depreciação e amortização	–	–	6.427	9.454
Outros	1	–	3.338	517
	(104)	**(463)**	**37.878**	**33.797**
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	–	–	1.147	(5.527)
Estoques	–	–	16.366	1.600
Impostos a recuperar	5	9	7.905	6.127
Adiantamentos	–	–	2.306	(623)
Outras contas a receber	–	–	361	126
	5	**9**	**28.085**	**1.703**
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	–	–	(5.174)	(6.597)
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	189	(3.532)
Obrigações tributárias	–	–	1.438	3.466
Outras contas a pagar	–	–	(3.134)	1.303
	–	**–**	**(6.681)**	**(5.360)**
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	**(99)**	**(454)**	**59.282**	**30.140**
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	–	–	(12.598)	(18.565)
Pagamento de encargos de arrendamentos	–	–	(1.549)	(1.623)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	–	(9.256)	(7.994)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	**(99)**	**(454)**	**35.879**	**1.958**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	13.100	–	–
Aumento de capital social em controladas	–	(15.113)	–	–
Recebimento de dividendos	140	2.423	–	–
Aquisição de investimento	–	–	(5.994)	(1.926)
Adições ao imobilizado	–	–	(411)	(1.292)
Adições ao intangível	–	–	(560)	(314)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades de investimento	**140**	**410**	**(6.965)**	**(3.532)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	–	67.507
Pagamento de passivos com arrendamentos	–	–	(3.202)	(3.166)
Amortização de empréstimos e financiamentos	–	–	(23.285)	(66.282)
Fluxo de caixa gerado pelas (usados nas) atividades de financiamento	**–**	**–**	**(26.487)**	**(1.941)**
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**41**	**(44)**	**2.427**	**(3.515)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	51	16.758	20.273
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	48	7	19.185	16.758
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**41**	**(44)**	**2.427**	**(3.515)**

Demonstrações do Valor Adicionado Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
Receitas		**2023**		**2023**
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	–	–	283.378	308.251
Outras receitas	–	–	(492)	2
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão (constituição)	–	–	637	(2.719)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	–	–	(126.577)	(149.564)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(98)	(473)	(39.640)	(41.183)
Perda e recuperação de valores ativos	–	(25.411)	2.558	(23.705)
Valor adicionado bruto	**(98)**	**(25.884)**	**119.864**	**91.082**
Depreciação e amortização	–	–	(6.427)	(9.454)
Valor adicionado líquido gerado	**(98)**	**(25.884)**	**113.437**	**81.628**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	1.149	(12.390)	–	–
Receitas financeiras	2	14	5.586	6.628
Resultado em operações descontinuadas	–	–	–	–
Valor adicionado total a distribuir	**1.053**	**(38.260)**	**119.023**	**88.256**
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	–	–	33.181	36.107
Benefícios	–	–	5.478	5.421
FGTS	–	–	2.198	2.221
Valor distribuído – Empregados	**–**	**–**	**40.857**	**43.749**
Tributos				
Federais	5	2	31.410	37.538
Estaduais	2	1	12.266	13.701
Municipais	–	1	1.539	1.695
Valor distribuído – Tributos	**7**	**4**	**45.215**	**52.934**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	2	–	25.779	23.548
Aluguéis	–	–	4.839	4.136
Royalties	–	–	1.279	2.322
Outros	–	–	10	(169)
Valor distribuído – Remuneração de capitais de terceiros	**2**	**–**	**31.907**	**29.837**
Remuneração de capitais próprios				
Lucro ou (Prejuízo) líquido do exercício	1.044	(38.264)	1.044	(38.264)
Valor distribuído – Remuneração de capitais próprios	**1.044**	**(38.264)**	**1.044**	**(38.264)**
Distribuição do valor adicionado	**1.053**	**(38.260)**	**119.023**	**88.256**

Demonstrações das Mutações do Patrimonio Líquido – Período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros Reserva legal	Prejuizos acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Controladora e Consolidado Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**117.946**	**–**	**–**	**(41.680)**	**(1.697)**	**74.569**
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	329	329
Resultado líquido do exercício	–	–	–	(38.264)	–	(38.264)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**117.946**	**–**	**–**	**(79.944)**	**(1.368)**	**36.634**
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	(277)	(277)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	1.044	–	1.044
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**117.946**	**–**	**–**	**(78.900)**	**(1.645)**	**37.401**

Wellington Einstein Dalvi dos Santos – Diretor Presidente

Davit do Couto Cordeiro – Contador CRC RJ-102.878/O-0

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional – A Uni.co S.A. (ou "Companhia") é uma sociedade anônima nacional sediada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, número 1855, na cidade de São Paulo, constituída em 11 de junho de 2012 conforme ata de constituição registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Em 15 de outubro de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral e aprovada a alteração da razão social da Companhia, a qual passou de "Butler Rj Participações S.A." para "Uni.co S.A.". O Grupo está envolvido primariamente na participação em outras sociedades empresária e não empresária, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). As entidades operacionais do Grupo atuam no varejo, por meio de franquias das marcas Imaginarium, referência em inovação e diversão, com 107 franquias; Puket, que atua no ramo de vestuário, especialmente *underwear* e *sleep wear,* e possui 205 franquias, entre elas, 4 são fora do Brasil e 10 Outlets ; Lovebrands franquia multimarcas (Imaginarium, Puket e marcas convidadas), esse modelo foi desenvolvido pensando na expansão das marcas para cidades com até 200 mil habitantes; e Mind, que comercializa objetos de decoração para casa, com atuação 100% via *e-commerce*.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Uni.Co S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Uni.Co S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Uni.Co S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Florianópolis, 28 de março de 2024.

BDO

BDO S Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013.846/O-1
Márcio Silva – Contador CRC 1 RS 078.817/O-2 – S-SP

Palhagões Patrimonial e Participações S.A.

CNPJ/ME 10.570.982/0001-00 - NIRE 35.300.364.201

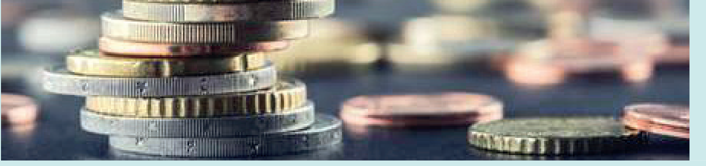
Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de Março de 2024

1. Data, hora e local: Aos 08/03/2024, às 10hs, na sede da Sociedade. **2. Mesa:** Luiz Carlos Dias Fernandes, CPF/ME nº 074.512.668-50, como Presidente; e Alexandre Fernandes Adami, CPF/ME nº 354.802.518-80, como Secretário **3. Presença:** Acionistas representando a totalidade. **4. Convocação:** Dispensada a convocação . **5. Ordem do Dia:** Reuniram-se os Acionistas da Sociedade para examinar, discutir e deliberar sobre **(i)** aprovar as demonstrações financeiras e as contas da administração da Sociedade relativas a 31/12/2023; **(ii)** deliberar sobre a distribuição dos lucros apurados no balanço encerrado em 31/12/2023 no valor de R$ 550.000,00; **(iii)** se aprovadas as matérias acima, autorizar a administração da Sociedade a tomar as providencias necessárias para a efetivação do pagamento dos dividendos ora distribuídos. Deliberações: Instalada a presente assembleia e procedida a leitura da Ordem do Dia, por unanimidade de votos dos acionistas são aprovadas as seguintes deliberações: **(i)** Ficam aprovadas, sem ressalvas, as contas da administração e demonstrações financeiras referentes ao último exercício social da Sociedade, encerrada 31/12/23; **(ii)** Foi aprovada, também, a distribuição de dividendos apurados com base no balanço encerrado em 31/12/23, no valor total de R$ 550.000,00, os quais serão pagos proporcionalmente às participações societárias detidas por cada acionista: **(iii)** O saldo remanescente dos lucros apurados no período deverá ser destinado a Reserva de Lucros; **(iv)** Ato contínuo, a administração da Sociedade fica autorizada a tomar as providencias necessárias para a efetivação do pagamento dos dividendos ora distribuídos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. São Paulo, 08/03/2024**.** Jucesp nº 1.057.602/24-3 em 12/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,4773
Dólar (EUA) - 5,0421
Franco (Suíça) - 5,5702
Iene (Japão) - 0,03322
Libra (Inglaterra) - 6,3793
Peso (Argentina) - 0,005836
Peso (Chile) - 0,005356
Peso (México) - 0,309
Peso (Uruguai) - 0,1309
Yuan (China) - 0,6973
Rublo (Rússia) - 0,05447
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,4727

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,0415 / R$ 5,0421 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,0287 / R$ 5,0307 *
Turismo - R$ 5,0601 / R$ 5,2401
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: -0,67%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,63%
Pontos: 128.857
Volume financeiro: R$ 19,366 bilhões
Maiores altas: Dexco ON (5,85%), Usiminas PNA (5,85%), Vale ON (5,46%)
Maiores baixas: Braskem PNA (-2,84%), Pão de Açúcar ON (-2,61%), IRB ON (-2,60%)
S&P 500 (Nova York): -0,04%
Dow Jones (Nova York): -0,03%
Nasdaq (Nova York): 0,03%
CAC 40 (Paris): 0,72%
Dax 30 (Frankfurt): 0,79%
Financial 100 (Londres): 0,41%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,91%
Hang Seng (Hong Kong): 0,05%
Shanghai Composite (Xangai): -0,72%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,88%
Merval (Buenos Aires): 1,26%
IPC (México): -0,18%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%

Publicidade Legal

Mina de Ouro 1 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.586.276/0001-79 – NIRE 35.300.582.586

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 1 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 37, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.586.276/0001-79, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.586, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 09h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 37, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 1 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 2 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.586.257/0001-42 – NIRE 35.300.582.578

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 2 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 38, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.586.257/0001-42, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.578, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 10h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 38, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 2 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 3 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.554.763/0001-50 – NIRE 35.300.582.276

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 3 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 39, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.554.763/0001-50, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.276, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 11h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 39, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 3 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 4 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.570.443/0001-93 – NIRE 35.300.582.381

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 4 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 40, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.570.443/0001-93, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.381, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 12h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 40, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 4 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 5 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.586.346/0001-99 – NIRE 35.300.582.608

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 5 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 41, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.586.346/0001-99, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.608, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 13h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 41, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 5 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 6 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.552.200/0001-22 – NIRE 35.300.582.233

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 6 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 42, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.552.200/0001-22, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.233, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 14h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 42, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 6 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 7 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.554.518/0001-42 – NIRE 35.300.582.292

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 7 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 43, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.554.518/0001-42, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.292, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 15h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 43, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 7 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Ventos Altos Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 40.586.962/0001-99 – NIRE 35.300.568.150

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Ventos Altos Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 27 de janeiro do ano de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 34, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 40.586.962/0001-99, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.568.150, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 12h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 34, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante; conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Ventos Altos Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Dólar fecha em queda de 0,68% a R$ 5,03; Bolsa sobe mais de 1%



O dólar abriu a semana em baixa firme no mercado doméstico de câmbio, interrompendo uma sequência de dois pregões de alta. Segundo operadores, na ausência de dados econômicos relevantes, investidores aproveitaram o enfraquecimento da moeda norte-americana no exterior e a alta do minério de ferro para realizar lucros, dada a valorização de 1% do dólar na semana passada.

Houve também relatos de entrada de recursos tanto via comércio, para aproveitar os níveis mais elevados da taxa de câmbio, quanto para a bolsa doméstica.

Afora uma alta pontual e bem limitada na abertura dos negócios, quando registrou a máxima do dia, a R$ 5,0753, o dólar operou o restante da sessão em terreno negativo.

Com mínima a R$ 5,0258 no início da tarde, a moeda fechou a segunda-feira em baixa de 0,68%, cotada a R$ 5,0312. Já o Ibovespa fechou em alta de 1,63%.

Com o recuo desta segunda-feira, os ganhos acumulados nos seis primeiros pregões de abril passaram a ser de 0,32%. No ano, a divisa avança 3,66%.

“O comportamento do câmbio hoje está mais ligado a um movimento de correção, já que houve bastante pressão na semana passada. A bolsa está em alta, o que pode refletir ingresso de fluxo externo e ajudar o real”, afirma a economista Cristiane Quartaroli, do Ouribank.

Lá fora, o índice DXY – que mede o desempenho do dólar em relação a uma cesta de seis divisas fortes, em especial o euro – operou em queda ao longo do dia, mas ainda acima da linha dos 104,000 pontos. Apesar da alta das taxas dos Treasuries, a maioria das divisas emergentes e de países exportadores de commodities se valorizou.

IstoéDinheiro

Com Petrobras e Vale, Ibovespa sobe 1,63%, aos 128,8 mil pontos

Vindo de perda de 1% acumulada no intervalo anterior, o Ibovespa iniciou a semana em tom positivo, favorecido por bom desempenho das ações de maior liquidez, em especial Vale (ON +5,46%), com o avanço de 3% nos contratos futuros de minério na retomada dos negócios com a commodity no gigante asiático, após o feriado da semana passada – os preços do insumo chegaram a subir 6% durante a sessão por lá.

Com recuperação mais firme também em Petrobras (ON +1,43%, PN +1,39%) no fechamento – apesar das dúvidas sobre a permanência de Jean Paul Prates à frente da empresa e do desempenho negativo do petróleo na sessão -, o Ibovespa ganhou dinamismo perto do fim do dia, e chegou a recuperar a linha de 129 mil pontos, marca não vista em fechamento desde 20 de março.

Embora a alta da preferencial de Petrobras tenha chegado a superar 2% no fim da tarde, acomodou-se abaixo deste limiar no fechamento, fazendo com que o Ibovespa não sustentasse o nível dos 129 mil.

De qualquer forma, a melhora vista nas ações da estatal veio em meio a expectativas pelo desfecho do dia, e prosseguiu após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmar que quem decide sobre dividendos extraordinários é a Petrobrás. "O governo está tentando amenizar um pouco essa discussão e o mercado, muito especulado, se aproveita disso", diz o economista-chefe da Messem Investimentos, Gustavo Bertotti.Além das ações de commodities, o desempenho do Ibovespa na segunda-feira contou com o apoio de ganhos bem distribuídos no setor financeiro (Itaú PN +1,50%, BB ON +1,56%, Bradesco PN +0,69%), o de maior peso no Ibovespa.

IstoéDinheiro

Cedro Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 48.210.788/0001-97 – NIRE 35.300.602.153

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Cedro Energias Renováveis S.A.

A **Cedro Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de outubro de 2022, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 32, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 48.210.788/0001-97, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.602.153, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 16h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 32, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Cedro Energias Renováveis S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

GET Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 31.557.781/0001-43 – NIRE 35.300.548.183

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da GET Comercializadora de Energia S.A.

A **GET Comercializadora de Energia S.A.**, sociedade anônima, constituída em 22 de agosto de 2018, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 15, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 31.557.781/0001-43, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.548.183, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 18h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 15, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **GET Comercializadora de Energia S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Bismut Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 29.854.266/0001-83 – NIRE 35.300.534.913

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Bismut Comercializadora de Energia S.A.

A **Bismut Comercializadora de Energia S.A.**, sociedade anônima, constituída em 18 de abril do ano de 2019, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 05, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 29.854.266/0001-83, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.534.913, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 11h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 05, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Bismut Comercializadora de Energia S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Azalea Participações S.A.

CNPJ/MF nº 36.178.458/0001-82 – NIRE 35.300.548.426

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Azalea Participações S.A.

A **Azalea Participações S.A.**, sociedade anônima, constituída em 22 de janeiro de 2020, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 35, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 36.178.458/0001-82, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.548.426, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 13h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 35, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Azalea Participações S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/ME nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, convidamos os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 22 de abril de 2024, às 9h, na sede da Companhia, na Av. Doutor Jose Artur Nova, 951, São Miguel Paulista, São Paulo/SP, com a seguinte Ordem do Dia: **(1)** Deliberar sobre as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras (DFs) referentes ao exercício social encerrado em 2023; **(2)** Deliberar sobre a proposta de constituição de reserva de incentivos fiscais à conta do saldo da Reserva de Investimento da Companhia ao final do exercício social de 2023; **(3)** Deliberar sobre a proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado 2023; **(4)** Deliberar sobre o resultado apurado pela Diretoria a título de EBITDA da Companhia em 2023, nos termos do Estatuto Social; **(5)** Eleger os Membros do Conselho de Administração; **(6)** Fixar a Remuneração Global dos administradores da Companhia para o ano de 2024. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos previstos no art. 133 da Lei 6.404/76. São Paulo, 04 de abril de 2024. **Companhia Nitro Química Brasileira.** Lucas Santos Rodas - Presidente do Conselho de Administração. **(09, 10 e 11/04/2024)**

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

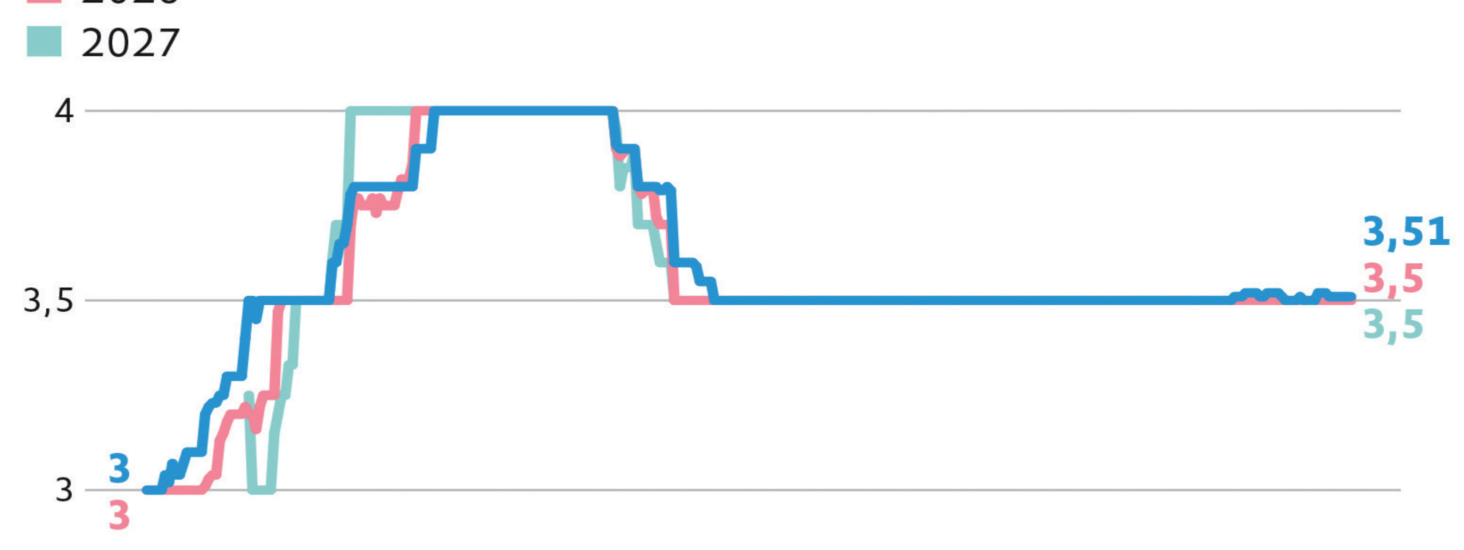
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 17 de abril de 2024, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** autorizar a diretoria executiva a contratar financiamento para operação de ACC perante a Instituição Financeira que dispor das melhores condições, no valor de até USD 10.000.000 (dez milhões de dólares americanos; (ii) autorização da Diretoria Executiva para adotar as providências necessárias relacionadas o referido contrato, bem como a ratificação de todos os atos praticados inerentes à referida operação. Ribeirão Pires, 08 de abril de 2024. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (09, 10 e 11/04/2024)

comercial@datamercantil.com.br

Expectativas de inflação

IPCA Anual Mediana, em %



Fonte: FGV Ibre, com base em dados do Banco Central

Publicidade Legal

Transportes Imediato S.A.

CNPJ/MF nº 49.151.483/0001-14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo Circulante	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido Circulante	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	**10.462**	18.919	Fornecedores	**37.323**	44.247
Contas a receber	**260.787**	189.254	Empréstimos e financiamentos	**211.999**	153.541
Estoque	**639**	500	Instrumentos financeiros derivativos	**2**	178
Tributos a recuperar	**19.578**	19.948	Arrendamentos a pagar	**41.143**	15.694
Adiantamento a fornecedores e diversos	**4.134**	2.089	Obrigações trabalhistas e sociais	**56.575**	39.901
Despesas antecipadas	**84**	62	Dividendos e JCP a pagar	**58.352**	28.312
	295.684	230.772	Tributos a recolher	**19.076**	12.890
			Adiantamentos de clientes	**458**	292
			Outros passivos	**9.011**	11.343
				433.939	306.398
Não circulante			Não circulante		
Realizável ao longo prazo			Empréstimos e financiamentos	**309.941**	244.003
Depósitos judiciais	**5.115**	5.274	Arrendamentos a pagar	**171.779**	55.619
Tributos a recuperar	**27.255**	17.123	Tributos diferidos	**40.879**	12.901
Direito de uso	**230.544**	75.663	Provisão para demandas judiciais	**11.162**	7.712
Imobilizado	**484.886**	348.849		**533.761**	320.235
Intangível	**762**	98	Patrimônio líquido		
	748.562	447.007	Capital social	**45.524**	45.524
			Reserva de lucros	**31.022**	5.622
				76.546	51.146
Total do ativo	**1.044.246**	677.779	Total do passivo e patrimônio líquido	**1.044.246**	677.779

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Lucros a realizar	Lucro acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	35.567	-	-	-	9.998	45.565
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.446	40.446
Destinação do resultado:						
Constituição da reserva legal	-	2.022	-	-	(2.022)	-
Integralização de capital	9.957	-	-	-	(9.957)	-
Distribuição de lucros – ata de 15 de março de 2022	-	-	-	-	(6.553)	(6.553)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(28.312)	(28.312)
Retenção de lucros	-	-	-	3.600	(3.600)	-
- Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.524	2.022	-	3.600	-	51.146
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	84.669	84.669
Destinação do resultado:						
Constituição da reserva legal	-	4.233	-	-	(4.233)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	23.897	(3.600)	20.297	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(53.162)	(53.162)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(6.107)	(6.107)
Retenção de lucros	-	-	-	870	(870)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.524	6.255	23.897 870		-	76.546

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2023	2022
Receita operacional líquida	**1.075.637**	774.426
Custo dos serviços prestados	**(838.914)**	(640.889)
Lucro bruto	**236.723**	133.537
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	**(78.495)**	(47.856)
Outras receitas (despesas) operacionais	**30.746**	16.379
	(47.749)	(31.477)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	**188.974**	102.060
Receitas financeiras	**6.843**	3.615
Despesas financeiras	**(78.210)**	(42.652)
Resultado financeiro, líquido	**(71.367)**	(39.037)
Lucro antes dos impostos	**117.607**	63.023
IRPJ e CSLL corrente	**(4.960)**	(1.887)
IRPJ e CSLL diferidos	**(27.978)**	(20.690)
Lucro líquido do exercício	**84.669**	40.446

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**84.669**	40.446
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultados abrangentes	**84.669**	40.446

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Atividades operacionais	2023	2022
Lucro antes dos impostos	**117.607**	63.023
Ajustado por:		
Depreciação de imobilizado	**34.360**	19.718
Ganho na venda de ativo imobilizado	**(15.349)**	(6.013)
Amortização de direito de uso	**36.393**	10.883
Juros incorridos sobre arrendamentos	**5.034**	6.128
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**72.675**	39.070
Provisão de clientes a faturar	**(9.507)**	(12.115)
Instrumentos financeiros derivativos	**(176)**	847
Provisão para demandas judiciais	**3.450**	1.438
	244.487	122.979
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	**(62.026)**	(67.187)
Estoques	**(139)**	402
Tributos a recuperar	**36.455**	(15.048)
Adiantamento a fornecedores e diversos	**(2.045)**	(856)
Depósitos judiciais	**159**	10
Outros ativos	**(23)**	1.444
Fornecedores	**(6.924)**	21.289
Obrigações trabalhistas e sociais	**16.674**	14.719
Tributos a recolher	**5.382**	4.696
Adiantamento de clientes	**166**	(683)
Outros passivos	**(2.332)**	3.375
IRPJ e CSLL pagos	**(5.073)**	(1.887)
Caixa líquido gerado pelas ativid. operacionais	**224.761**	83.253
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições do imobilizado	**(9.523)**	(182.674)
Recebimento na venda de ativos imobilizados	**31.264**	8.322
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	**21.741**	(174.352)
Atividades de financiamento		
Pagamentos de passivos de arrendamento	**(54.698)**	(19.700)
Captação de empréstimos e financiamentos	**11.859**	240.351
Pgto. de empréstimos e financiam. e juros	**(183.808)**	(109.658)
Distribuição de lucros	**(28.312)**	(6.553)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(254.959)**	104.440
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(8.457)**	13.341
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	**18.919**	5.578
Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício	**10.462**	18.919
Transações que não afetaram caixa:		
Direito de uso e passivo de arrendamento	**226.496**	
Imobilizado adquirido através de empréstimos e financiamentos	**177.453**	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Transportes Imediato S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima com Sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Atua no Brasil por meio de 54 filiais (41 em 31/12/2022). Tem como atividade a prestação de serviços de transportes e logística considerando as seguintes operações: • **Outbond** - é o fluxo de produtos acabados, de fábrica para fábrica. Este atendimento é feito com frota personalizada e agregados, altamente qualificados, para atender uma demanda programada ou esporádica; • **Inbound** - é a transferência de insumos, dos fornecedores para as fábricas. Este atendimento é feito com frota personalizada e agregados, altamente qualificados, para atender uma demanda programada ou esporádica; • **Operação dedicada -** é a transferência de produtos da fábrica para os Centros de Distribuição Direta (CDD). Há um estudo de demanda em cada cliente, para determinar a quantidade de veículos necessários, 24h por dia, proporcionando uma sinergia no processo. Os veículos são desenvolvidos especificamente, junto ao fabricante do insumo, para cada processo; • **Operação Back Haul** - é a transferência do produto acabado. Consiste na sinergia entre fornecedor/cliente, otimizando mesmo veículo, que transfere diferentes produtos, resultando em economia, ou seja, uma carreta leva uma carga e traz outra, numa mesma viagem. **2. Resumo das principais práticas contábeis: 2.1. Base de preparação:** Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20/03/2024. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.2. **2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31/12/2023, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 5:** contas a receber; • **Nota Explicativa nº 8:** IRPJ e CSLL diferidos; • **Nota Explicativa nº 19:** instrumentos financeiros. As informações sobre incertezas sobre premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 10:** vida útil do ativo imobilizado; • **Nota Explicativa nº 14:** provisão para demandas judiciais. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário. **3.1. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). **3.2. Novas normas e interpretações:** 3.2.1 - Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. i) CPC 50 - Contratos de Seguro: O CPC 50 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração; A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. ii) Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao CPC 23: As alterações ao CPC 23 esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. iii) Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis: As alterações ao CPC 26 (R1) fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, uma vez que a Companhia já divulga apenas as políticas contábeis materiais em suas demonstrações financeiras. iv) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro: As alterações ao CPC 32 estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. v) Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro: As alterações ao CPC 32 foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 01/01/2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31/12/2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

DIRETORIA

Roberto Zampini Júnior – Diretor Presidente
Humberto Fernando Negrão Zampini – Diretor Operacional

CONTADORA

Erica Luzia Ferreira Barbosa Mini – CRC: 1SP 0205052/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Acionistas da **Transportes Imediato S.A.** Ribeirão Preto - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Transportes Imediato S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 20/03/2024.

EY **ERNST & YOUNG**
Auditores Independentes
CRC SP-044415/F

Eric Horta Piantino
Contador
CRC MG-107829/O

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com

Comexport Companhia de Comércio Exterior

CNPJ: 43.633.296/0001-90 - NIRE: 35.300.019.270

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/03/2024.

1. Data, Hora e Local: No dia 01/03/2024, às 11 hs, na sede social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, face à presença dos acionistas ("Acionistas") representando a totalidade 100% do capital social da Companhia. **3. Mesa: Presidente:** Sr. Alan Goldlust; e **Secretário:** Sr. Sérgio Vladimirschi Jr. **4. Ordem do Dia:** (i) Constituir nova filial na cidade do Rio de Janeiro; (ii) Alterar e atualizar o endereço da filial na cidade de Paranaguá; (iii) Alterar a redação do artigo 3º do estatuto social; e (iv) Atualização e consolidação do estatuto social. **5. Deliberações: 5.1. Constituição de Nova Filial na Cidade do Rio de Janeiro** I. Os Acionistas aprovaram a abertura da nova filial localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro na Rua Rodrigo Silva, nº 18, pavimento 5, Centro. II. A nova filial do Rio de Janeiro possuirá os seguintes CNAEs: 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.23-1-09; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 45.11-1-04; 46.65-6-00; 46.52-4-00; 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.45-1-01; 46.84-2-99; 45.20-0-01; 74.90-1-04; 52.50-8-01; e 46.51-6-01. **5.2. Alteração e Atualização do Endereço da Filial na Cidade de Paranaguá** III. Os Acionistas aprovaram a alteração e atualização do endereço da filial localizada na cidade de Paranaguá/PR CNPJ nº 43.633.296/0005-14 e registro no NIRE 41.900.771.767. Esta alteração decorre de uma atualização realizada pela prefeitura de Paranaguá, que resultou na mudança do número do endereço. Dessa forma, ficando o endereço DE Rua Manoel Correa, nº 1.124 sobreloja, sala 04, Tuiuti, PARA Rua Manoel Correa, nº 1471, sobreloja, Sala 04, Tuiuti. IV. Em virtude das deliberações constante nos itens 5.1 e 5.2, o § 2º do artigo 2º do estatuto social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: *"§ 2º – A Sociedade possui filiais nas seguintes localidades: (I) na Cidade de Paranaguá/PR, Rua Manoel Correa, nº 1471, sobreloja, Sala 04, Tuiuti, CNPJ nº 43.633.296/0005-14 e registro no NIRE 41.900.771.767; (II) na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Avenida João Bauer, nº 498, sala 805, Centro, CNPJ nº 43.633.296/0008-67 e registro no NIRE 42.900.671.160; (III) na Cidade de Cariacica/ES, na Rodovia Governador Mário Covas, Km 282, nº 3.101, área 04, Padre Mathias, CNPJ nº 43.633.296/0009-48 e registro no NIRE 32.900.405.259; e (IV) na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua Rodrigo Silva, nº 18, pavimento 5, Centro."* **5.3. Alteração da Redação do Artigo 3º do Estatuto Social** V. Os Acionistas aprovaram a inclusão para a filial de Paranaguá, inscrita no CNPJ sob nº 43.633.296/0005-14 e registro no NIRE 41.900.771.767 o seguinte CNAE: "74.90-1-04 – Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários." VI. Em razão da deliberação acima, o artigo 3º do estatuto social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 3° – A Sociedade terá por objetivo social a realização, por conta própria ou de terceiros, das seguintes atividades: (a) atividades de comércio de importação e exportação de qualquer tipo de mercadoria ou produto (CNAE 46.93-1-00); inclusive de comércio atacadista de bebidas com atividades de fracionamento e acondicionamento associada (CNAE 46.35-4-03); comércio atacadista de alimentos para animais (CNAE 46.23-1-09); comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança (CNAE 46.42-7-01); comércio atacadista de calçados (CNAE 46.43-5-01); comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (CNAE 46.46-0-01); comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4-00); comércio atacadista de embalagens (CNAE 46.86-9-02); comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações (CNAE 46.47-8-02); comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças (CNAE 46.62-1-00); comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados; (CNAE 45.11-1-03); Comércio por atacado de caminhões novos e usados (CNAE 45.11-1-04); comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores (CNAE 45.30-7-01); comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas (CNAE 46.23-1-06); comércio atacadista de tecidos (CNAE 46.41-9-01); comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 46.44-3-01); comércio atacadista de produtos de higiene pessoal (CNAE 46.46-0-02); comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (CNAE 46.49-4-04); comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente (CNAE 46.49-4-99); comércio atacadista de materiais de construção em geral (CNAE 46.79-6-99); comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção (CNAE 46.85-1-00); comércio atacadista de fios e fibras beneficiados (CNAE 46.89-3-02); comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (CNAE 46.91-5-00); comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças (CNAE 46.69-9-99); Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças (CNAE 46.65-6-00); comércio atacadista de papelaria (CNAE 46.47-8-01); comércio atacadista de computadores (CNAE 46.51-6-01); comércio atacadista de saneante domissanitário (CNAE 46.49-4-08); comércio atacadista de equipamentos médico-cirúrgicos diversos (CNAE 46.64-8-00); estamparia e texturização em fios ou tecidos (CNAE 13.40-5-01); alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusive em peças do vestuário (CNAE 13.40-5-02); acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusive em peças do vestuário (CNAE 13.40-5-99); (b) representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (CNAE 46.19-2-00); (c) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (CNAE 70.20-4-00); Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 74.90-1-04); (d) Organização logística do transporte de carga (CNAE 52.50-8-04); Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7-99); Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente (CNAE 46.35-4-99); Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários (CNAE 46.93-1-00); Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças (CNAE 46.62-1-00); Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças (CNAE 46.69-9-99); comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação (CNAE 46.52-4-00); comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente (CNAE 46.84-2-99); serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores (CNAE 45.20-0-01); comissária de despachos (CNAE 52.50-8-01); e comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 46.45-1-01). § 1º – A Sociedade poderá deter participação acionária em outras Sociedades, no Brasil ou exterior, seja como acionista, sócia, quotista ou qualquer outra maneira. § 2º – O objeto social da Sociedade é dividido entre a matriz e as filiais da Sociedade da seguinte forma: O objeto social da Sociedade é dividido entre a matriz e as filiais da Sociedade da seguinte forma: **(i) A matriz poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs:** 13.40-5-01; 13.40-5-02; 13.40-5-99 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.23-1-09; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; **(ii) a filial de Itajaí – SC poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs:** 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.23-1-09; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; **(iii) a filial de Paranaguá – PR poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs:** 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.23-1-09; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; **(iv) a filial de Cariacica – ES poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs:** 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.93-1-00; 46.62-1-00; 46.69-9-99; e **(v) a filial do Rio de Janeiro – RJ poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs:** 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.23-1-09; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 45.11-1-04; 46.65-6-00; 46.52-4-00; 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.45-1-01; 46.84-2-99; 45.20-0-01; 74.90-1-04; 52.50-8-01; e 46.51-6-01"* **IV. Atualização e Consolidação do Estatuto Social:** 5.4. Os Acionistas atualizam e consolidam o Estatuto Social da Companhia conforme anexo I ("Anexo I – Consolidação do Estatuto Social") a presente Ata, alterando suas cláusulas em decorrência das deliberações tomadas pela Assembleia Geral Extraordinária. **6. Lavratura da Ata: 6.1.** Aprovada a lavratura desta Ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do art. 130 da Lei nº 6.404/76. **7. Encerramento: 7.1.** Nada mais havia a ser tratado. São Paulo, 01/03/2024. Alan Goldlust - Diretor-Presidente; Sérgio Vladimirschi Jr - Diretor Vice-Presidente. **Visto do Advogado: Luiz Cleiton Costalonga Ribeiro** - OAB/SP nº 299.844 Testemunhas: Bernadete Saboia Alexandre - CPF:028.723.832-63; Patricia Cristina Pacheco - CPF: 305.480.868-85. **Estatuto Social da - Comexport Companhia de Comércio Exterior -** CNPJ: 43.633.296/0001-90 - NIRE: 35.300.019.270 - **Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Objeto de Duração da Sociedade - Artigo 1° –** Sob a denominação de Comexport Companhia de Comércio Exterior reger-se-á esta sociedade pelos presentes Estatutos Sociais e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2° –** A Sociedade terá sua sede social, foro e administração na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida das Nações Unidas, nº 10.989, 12° andar, cj. 122, Vila Olímpia. **§ 1º** – Obedecidas as disposições legais, a Sociedade poderá, a critério e por deliberação da Diretoria Executiva, instalar, alterar ou extinguir filiais, agências, sucursais e escritórios, em qualquer parte do território nacional ou do exterior, procedendo aos destaques do capital social que se fizerem necessários, bem como nomear e credenciar agentes, representantes e correspondentes particulares. **§ 2º** – A Sociedade possui filiais nas seguintes localidades: **(i)** na Cidade de Paranaguá/PR, Rua Manoel Correa, nº 1471, sobreloja, Sala 04, Tuiuti, CNPJ nº 43.633.296/0005-14 e registro no NIRE 41.900.771.767; **(ii)** na Cidade de Itajaí/SC, na Avenida João Bauer, nº 498, sala 805, Centro, CNPJ nº 43.633.296/0008-67 e registro no NIRE 42.900.671.160; **(iii)** na Cidade de Cariacica/ES, na Rodovia Governador Mário Covas, Km 282, nº 3.101, área 04, Padre Mathias, CNPJ nº 43.633.296/0009-48 e registro no NIRE 32.900.405.259; e **(IV)** na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua Rodrigo Silva, nº 18, pavimento 5, Centro. **Artigo 3° –** A Sociedade terá por objetivo social a realização, por conta própria ou de terceiros, das seguintes atividades: **(a)** atividades de comércio de importação e exportação de qualquer tipo de mercadoria ou produto (CNAE 46.93-1-00); inclusive de comércio atacadista de bebidas com atividades de fracionamento e acondicionamento associada (CNAE 46.35-4-03); comércio atacadista de alimentos para animais (CNAE 46.23-1-09); comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança (CNAE 46.42-7-01); comércio atacadista de calçados (CNAE 46.43-5-01); comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (CNAE 46.46-0-01); comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4-00); comércio atacadista de embalagens (CNAE 46.86-9-02); comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações (CNAE 46.47-8-02); comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças (CNAE 46.62-1-00); comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados; (CNAE 45.11-1-03); Comércio por atacado de caminhões novos e usados (CNAE 45.11-1-04); comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores (CNAE 45.30-7-01); comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas (CNAE 46.23-1-06); comércio atacadista de tecidos (CNAE 46.41-9-01); comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 46.44-3-01); comércio atacadista de produtos de higiene pessoal (CNAE 46.46-0-02); comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (CNAE 46.49-4-04); comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente (CNAE 46.49-4-99); comércio atacadista de materiais de construção em geral (CNAE 46.79-6-99); comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção (CNAE 46.85-1-00); comércio atacadista de fios e fibras beneficiados (CNAE 46.89-3-02); comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (CNAE 46.91-5-00); comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças (CNAE 46.69-9-99); Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças (CNAE 46.65-6-00); comércio atacadista de papelaria (CNAE 46.47-8-01); comércio atacadista de computadores (CNAE 46.51-6-01); comércio atacadista de saneante domissanitário (CNAE 46.49-4-08); comércio atacadista de equipamentos médico-cirúrgicos diversos (CNAE 46.64-8-00); estamparia e texturização em fios ou tecidos (CNAE 13.40-5-01); alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusive em peças do vestuário (CNAE 13.40-5-02); acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusive em peças do vestuário (CNAE 13.40-5-99); **(b)** representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (CNAE 46.19-2-00); **(c)** Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (CNAE 70.20-4-00); Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 74.90-1-04); **(d)** Organização logística do transporte de carga (CNAE 52.50-8-04); Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7-99); Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente (CNAE 46.35-4-99); Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários (CNAE 46.93-1-00); Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças (CNAE 46.62-1-00); Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças (CNAE 46.69-9-99); comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação (CNAE 46.52-4-00); comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente (CNAE 46.84-2-99); serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores (CNAE 45.20-0-01); comissária de despachos (CNAE 52.50-8-01); e comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 46.45-1-01). **§ 1º** – A Sociedade poderá deter participação acionária em outras Sociedades, no Brasil ou exterior, seja como acionista, sócia, quotista ou qualquer outra maneira. **§ 2º** – O objeto social da Sociedade é dividido entre a matriz e as filiais da Sociedade da seguinte forma: O objeto social da Sociedade é dividido entre a matriz e as filiais da Sociedade da seguinte forma: **(i) A matriz poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs:** 13.40-5-01; 13.40-5-02; 13.40-5-99 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.23-1-09; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; **(ii) a filial de Itajaí – SC poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs:** 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.23-1-09; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; **(iii) a filial de Paranaguá – PR poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs:** 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.23-1-09; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.11-1-04; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.65-6-00; 46.47-8-01; 46.51-6-01; 46.49-4-08; 46.64-8-00; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 46.35-4-99; 74.90-1-04; **(iv) a filial de Cariacica – ES poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs:** 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.93-1-00; 46.62-1-00; 46.69-9-99; e (**v) a filial do Rio de Janeiro – RJ poderá desenvolver as atividades identificadas pelos CNAEs:** 46.93-1-00; 46.35-4-03; 46.23-1-09; 46.42-7-01; 46.43-5-01; 46.46-0-01; 46.83-4-00; 46.86-9-02; 46.47-8-02; 46.62-1-00; 45.11-1-03; 45.30-7-01; 46.23-1-06; 46.41-9-01; 46.44-3-01; 46.46-0-02; 46.49-4-04; 46.49-4-99; 46.79-6-99; 46.85-1-00; 46.89-3-02; 46.91-5-00; 46.69-9-99; 46.19-2-00; 70.20-4-00; 45.11-1-04; 46.65-6-00; 46.52-4-00; 52.50-8-04; 52.11-7-99; 46.35-4-99; 46.45-1-01; 46.84-2-99; 45.20-0-01; 74.90-1-04; 52.50-8-01; e 46.51-6-01. **Artigo 4° –** A Sociedade terá duração por prazo indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações - Artigo 5° –** O capital social é de R$ 600.000.000,00, dividido em 161.941 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6° –** As ações são indivisíveis em relação à Sociedade. **Artigo 7° –** As ações serão sempre nominativas e não poderão, em qualquer hipótese, ser transformadas em ao portador. **Artigo 8° –** A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 9° –** As ações preferenciais não darão direito a voto e conferirão a seus titulares as seguintes prerrogativas e preferências: **(a)** prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o seu valor patrimonial; **(b)** participação em igualdade de condições com as ordinárias, na distribuição de lucros que excederem ao mínimo de 6% acima estabelecido; (c) participação, em igualdade de condições com as ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, proveniente de capitalização de reservas, lucros em suspenso, correção monetária e de quaisquer outras reservas; **(d)** no caso de liquidação da Sociedade, terão prioridade no reembolso do capital social até o seu respectivo valor patrimonial; e **(e)** ainda nesse caso, após o reembolso do capital social às ações ordinárias, até o seu valor patrimonial, dos valores remanescentes as preferenciais participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias. **Capítulo III – Da Administração Social - Artigo 10 –** A Sociedade será administrada por 2 Diretores em conjunto, sendo pelo menos um deles, necessariamente da Diretor Executivo Presidente ou um Diretor Executivo Vice-Presidente. **Artigo 11 –** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 7 membros, acionistas ou não, residentes no País, designados como Diretor Executivo Presidente, e dois Diretores Executivos Vice-Presidentes e os demais Diretores Executivos sem designação específica. A Diretoria De Divisões Comerciais será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 7 membros, acionistas ou não, residentes no País. A Diretoria Administrativa Financeira e a Diretoria Operacional serão compostas por, no mínimo, 2 e, no máximo, 7 membros, acionistas ou não, residentes no País **Artigo 12 –** Os Diretores de todas as diretorias serão eleitos pela Assembleia Geral para o mandato de 2 anos, podendo ao final do mandato serem reeleitos. **Artigo 13 –** Os Diretores de qualquer Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura da ata da assembleia que os elegeu e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **Artigo 14 –** Ocorrendo vaga, impedimento temporário ou ocasional de algum dos membros de qualquer Diretoria, caberá a Assembleia Geral escolher o respectivo Diretor Substituto para preencher o cargo vago e exercer suas funções pelo prazo remanescente do mandato do membro substituído. **Artigo 15 –** Competem exclusivamente aos membros da Diretoria Executiva as seguintes atividades: **(a)** fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; (b) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; **(c)** escolher e destituir os Auditores Independentes, se for o caso; **(d)** praticar os atos de sua competência conferida por lei ou pelo presente Estatuto; **(e)** aprovar o orçamento anual da Sociedade; **(f)** aprovar o rateio, entre seus membros e os membros da Diretoria de Divisões Comerciais, Diretoria Administrativa e Financeira e Diretoria Operacional, da remuneração global fixada pela Assembleia Geral, bem como a participação delas nos lucros da Sociedade, quando for o caso; **(g)** declarar dividendos mensais, trimestrais, semestrais ou intermediários, na forma do art.204 da lei nº 6.404/76; e **(h)** cumprir e fazer cumprir as deliberações dos acionistas tomadas em Assembleia Geral. **Artigo 16 –** Os membros da Diretoria de Divisões Comerciais, da Diretoria Administrativa e Financeiro e da Diretoria Operacional têm poderes para administrar os negócios relacionados ao objeto da Sociedade, podendo, cada um deles, firmar propostas comerciais, contratos e outros documentos, sempre em conjunto com o Diretor Executivo Presidente ou com um Diretor Executivo Vice-Presidente. **Artigo 17 –** As reuniões de Diretoria serão realizadas por convocação de qualquer um de seus respectivos membros com no mínimo 48 horas de antecedência. Tal convocação poderá ser feita por e-mail, fax ou carta, sendo dispensada a observância dessa formalidade quando a reunião contar com a presença da totalidade dos membros da respectiva Diretoria. As reuniões de Diretoria serão instaladas desde que contem com a presença de pelo menos 2 de seus respectivos Diretores, e serão presididas por um deles devidamente escolhido pelos demais membros, lavrando-se as deliberações das reuniões das Diretorias no respectivo Livro de Reunião daquela Diretoria da Sociedade. **§ Único** – Serão arquivados no Registro do Comércio e publicados pela imprensa, as atas das reuniões de Diretoria que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 18 –** A representação da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu regular funcionamento, ressalvadas as limitações impostas por lei e as constantes neste Estatuto, caberá aos Diretores; e dar-se-á **(a)** pela assinatura conjunta de dois Diretores, sendo pelo menos um deles, necessariamente, o Diretor Executivo Presidente ou um Diretor Executivo Vice-Presidente; ou **(b)** pelo Diretor Executivo Presidente ou um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com um procurador devidamente constituído na forma abaixo estabelecida; ou ainda **(c)** por um procurador isoladamente, desde que devidamente constituído pela Diretoria Executiva para a prática de atos especificados no instrumento de procuração; em todos os casos incluindo poderes para: **(i)** firmar contratos, assumir obrigações, movimentar contar em bancos, Caixas Econômicas, Banco do Brasil, ou sem outras instituições financeiras; emitir e endossar cheques, transigir, firmar compromissos, prestar fianças, sacar, emitir, endossar, avalizar ou aceitar duplicatas, notas promissórias, Letras de Câmbio e quaisquer outros, constituição de fianças ou avais em favor de terceiros; **(ii)** representar a Sociedade perante quaisquer repartições, autarquias ou Sociedade de economia mista, federais, estaduais e municipais, ou perante quaisquer estabelecimentos de crédito, bem assim firmar citações judiciais; e **(iii)** alienar, compromissar, empenhar, caucionar ou de qualquer forma onerar bens móveis da Sociedade. § 1º – A Sociedade, desde que devidamente representada por dois Diretores, sendo pelo menos um deles, necessariamente, o Diretor Executivo Presidente ou um Diretor Executivo Vice-Presidente, poderá constituir procuradores para praticarem os atos que forem devidamente especificados nos instrumentos de mandato, nos limites de suas próprias atribuições e poderes; em se tratando de mandato "ad judicia", a duração do mandato poderá ser por prazo indeterminado; nos demais casos, a duração será por prazo determinado. § 2º – Somente a Diretoria Executiva poderá realizar, e sem necessidade de prévia aprovação da Assembleia Geral, operações de alienação e oneração de bens imóveis da Sociedade, independentemente se tais bens imóveis foram contabilizados como ativo permanente, ativo circulante ou ativo realizável a longo prazo. **Artigo 19 –** A Assembleia Geral fixará o limite mensal de remuneração da Diretoria, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal, quando for o caso. **§ 1º** – Os limites da remuneração mensal fixado para a Diretoria e para o Conselho Consultivo, quando for o caso, poderão ser revistos, periodicamente, pela Assembleia Geral. **§ 2º** – Não obstante ao disposto no caput deste artigo, os membros das Diretorias poderão, a exclusivo critério da Assembleia Geral, receber participação nos lucros da Sociedade, nos termos do art. 152 da lei 6.404/76. **Capítulo IV – Assembléia Geral - Artigo 20 –** A Assembleia Geral compor-se-á dos Acionistas que, regularmente convocados, tenham assinado o "Livro de Presença", na forma do artigo 127, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **§ Único** – A participação dos acionistas nas Assembleias Gerais dependerá do regular registro das ações ordinárias nos competentes livros em nome dos respectivos titulares, sendo que a cada ação ordinária nominativa corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 21 –** A Assembleia Geral será convocada na forma estabelecida em Lei, e será presidida pelo Diretor Executivo Presidente ou, na sua falta, por um dos Diretores Executivos Vice-Presidentes, ou ainda, na ausência destes, por qualquer acionista escolhido pelos presentes. O Presidente da mesa designará qualquer pessoa dentre os presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 22 –** As decisões da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal - Artigo 23 –** O Conselho Fiscal da Sociedade não funcionará em caráter permanente, mas apenas nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral, a pedido de Acionistas, observado o disposto no artigo 161 e respectivos parágrafos da Lei 6.404, de 15/12/76. **Artigo 24 –** O Conselho Fiscal compor-se-á de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que tiver deliberado a instalação e funcionamento do órgão, cabendo à mesma Assembleia fixar as remunerações a que farão jus os membros em exercício. **§ Único** – Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são cometidas por lei. **Capítulo VI – Do Conselho Consultivo - Artigo 25 –** A Sociedade terá um Conselho Consultivo permanente, composto de, no mínimo, 02 e no máximo 05 membros, eleitos pela Diretoria Executiva, dentre acionistas ou não, residentes no País, com mandato de 02 anos, podendo ser reeleitos. § Único – A Diretoria Executiva, quando eleger os membros do Conselho Consultivo designará, o seu Presidente e até 02 Vice-Presidentes. **Artigo 26 –** Compete ao Conselho Consultivo pronunciar-se sobre assuntos de interesse da Sociedade, sempre que solicitado pela Diretoria Executiva; sendo tais pronunciamentos lavrados sob a forma de ata, em livro próprio. **Artigo 27 –** Após aprovação da remuneração global deliberada pela Assembleia Geral, a remuneração do Conselho Consultivo será fixada pela Diretoria Executiva, que poderá deliberar pela remuneração apenas do Presidente do Conselho ou estendê-la a todos os seus membros. **Capítulo VII – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Lucros, Reservas, Distribuição de Dividendos - Artigo 28 –** O exercício social coincidirá com o ano civil. **Artigo 29 –** Ao final de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base nas prescrições legais, o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros e prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, e a demonstração das origens e aplicações de recursos. § Único – As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros, seguindo a proposta dos órgãos da administração no pressuposto dessa aprovação pela Assembleia Geral. **Artigo 30 –** Dos resultados do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados, se existirem, e a provisão do Imposto de Renda. Do lucro líquido remanescente, após a dedução das parcelas acima referidas: **(a)** 5% será destinado à constituição da Reserva Legal, observado as prescrições legais pertinentes; **(b)** 25% serão destinados ao atendimento do dividendo mínimo obrigatório de que cogita o artigo 202 da Lei n° 6.404/76; e c) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposta dos órgãos da Administração da sociedade, sendo que, caso a destinação de tais resultados não forem aprovadas por acionistas representando, no mínimo, 85% do capital social, o valor deverá ser mantido em conta de reserva de lucros ou para futura capitalização para atender a novos investimentos da Sociedade. **Artigo 31 –** A Sociedade poderá, por determinação da Diretoria Executiva, levantar balanços trimestrais, e efetuar a distribuição de dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços observando sempre as estipulações contidas em lei, bem como efetuar o pagamento de gratificação dos Diretores, apurado na forma do artigo 29, "*caput*", os quais serão compensados com o valor apurado no encerramento do exercício. **Artigo 32 –** Será de 60 dias o prazo máximo para o pagamento de dividendos aos acionistas, contado da data de publicação da Ata da Assembleia Geral que os tiver aprovado, observadas as determinações legais. **Capítulo VIII – Da Liquidação e Disposições Gerais - Artigo 33 –** A Sociedade entrará em liquidação nos casos e pelos modos previstos em lei. **Artigo 34 –** A Sociedade poderá transformar-se em outro tipo societário mediante a deliberação, nesse sentido, de acionistas que representem mais da metade do capital social com direito a voto. Jucesp nº 122.526/24-7 em 18/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Juros: taxas perdem ritmo de queda na reta final e terminam sem sinal único

Os juros futuros percorreram a sessão majoritariamente em baixa, mas perderam ritmo na reta final dos negócios e terminaram sem sinal único. Ao longo do dia, houve uma correção da alta recente, apoiada no alívio, ainda que modestos, do dólar e do petróleo. O movimento de ajuste acabou sendo limitado pelo avanço dos rendimentos dos Treasuries, e, até por isso, não é visto como tendência, e sim como uma pausa. A agenda econômica da semana tanto aqui quanto no exterior é carregada, e permanecem os ruídos fiscais e em torno do comando da Petrobrás.

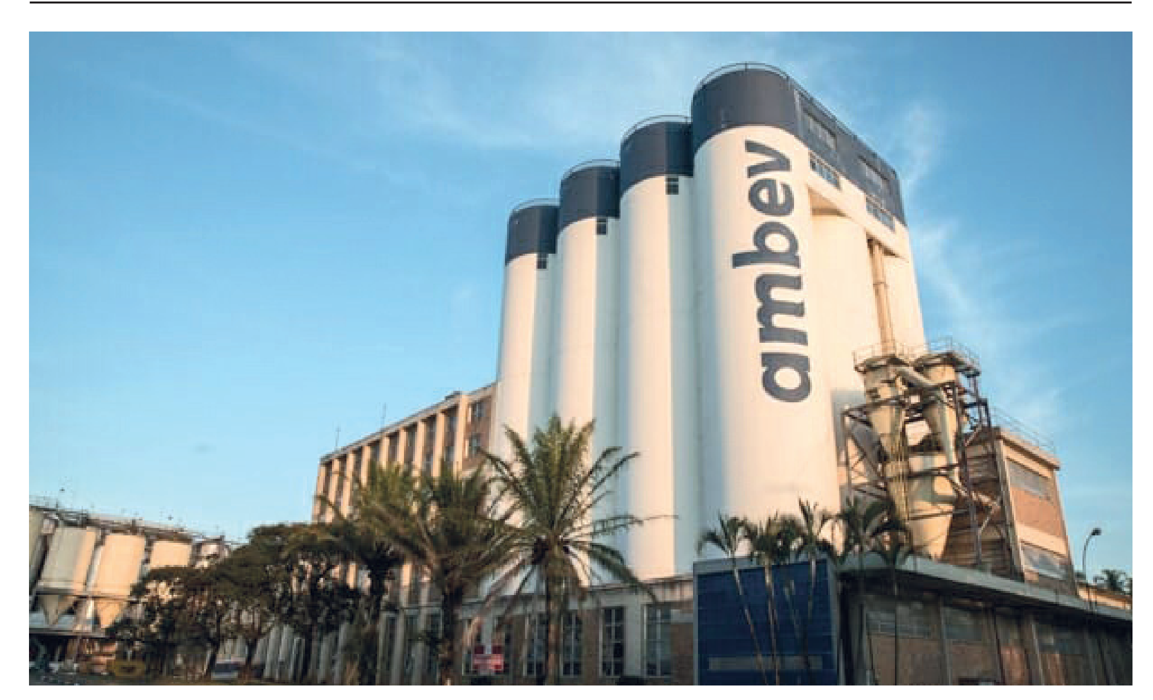
No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 9,970%, de 10,00% no ajuste de sexta-feira, e a do DI para janeiro de 2026 passou de 10,06% para 10,07%. O DI para janeiro de 2027 tinha taxa de 10,40%, de 10,38% no ajuste anterior, e a do DI para janeiro de 2029, taxa de 10,94%, estável

Nas mesas de renda fixa, profissionais afirmam que a dinâmica da curva hoje esteve atrelada em boa medida ao mercado de moedas, com o real e peso mexicano disputando o protagonismo entre as divisas de países emergentes. O dólar nas mínimas chegou a rodar na casa de R$ 5,02 no piso do dia, para fechar em R$ 5,0312. Além do câmbio, outra variável-chave para a inflação que contribuiu para o fechamento da curva nesta segunda-feira foi o petróleo, que encerrou em leve baixa, mas ainda com o Brent acima dos US$ 90.

A curva fechou a semana passada com ganho de inclinação, com a ponta longa mostrando avanço mais acentuado, o que deixou espaço para algum resgate de prêmios, diante de um ambiente global mais cauteloso. O payroll americano acima do esperado acabou levando a um reforço nas apostas de adiamento do início do ciclo de corte de juros pelo Federal Reserve de junho para julho. IstoéDinheiro

Negócios

Ambev : Ebitda deve crescer 20% no primeiro trimestre, dizem analistas



Segundo os analistas do Bank of America, o Ebitda da Ambev (ABEV3) – excluindo a América do Sul – tem um potencial de crescimento de 19% ao ano.

De acordo com os especialistas, o Ebitda (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) consolidado deverá resultar em um resultado estável, em torno de R$ 6,36 bilhões.

O número é parecido com as projeções de analistas do BTG Pactual de R$ 6,4 bilhões.

A seguir é possível acompanhar as principais expectativas para o lucro da Ambev e outros dados no começo deste ano, que serão oficializadas com o resultado do primeiro trimestre de 2024 (1T24), no próximo dia 8 de maio, antes da abertura do mercado.

"Esperamos que a Ambev reporte resultados sólidos do 1T24. Volumes fortes de cerveja no Brasil e um mix de preço resiliente devem ser o destaque do trimestre", indicam os analistas do Bank of America.

Segundo eles, o custo unitário mais baixo combinado com a expansão de margem no CAC, deve impulsionar um crescimento do Ebitda (ex-LAS) de 19% ao ano.

A retirada da América Latina Sul (LAS) se deve ao impacto negativo do Peso Argentino. Quando entra na conta, espera-se EBITDA consolidado deve ficar estável em R$ 6,36 bilhões, em linha com o consenso.

Além disso, os analistas esperam uma queda no lucro líquido deve cair de 15% ao ano para R$ 3,2 bilhões, devido à alta de imposto em 20 pontos percentuais ao ano devido à mudança na regulamentação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP).

Para os analistas do BTG, as estimativas incluem uma receita de R$ 20 bilhões, EBITDA a R$ 6,4 bilhões e lucro de R$ 3,3 bilhões. De acordo com o banco, os números mantiveram o padrão das suas projeções originais, mas indicam uma redução na expectativa de receita líquida para cerveja no Brasil e CAC. Suno

Google avalia cobrar por buscas com sua inteligência artificial generativa

O Google está avaliando cobrar pelas pesquisas realizadas em seu mecanismo de busca que façam uso de inteligência artificial, segundo o Financial Times. Se for concretizado, o plano seria um desvio do modelo de negócios da companhia, que oferece serviços gratuitos baseados na extração de dados dos usuários para a venda de publicidade.

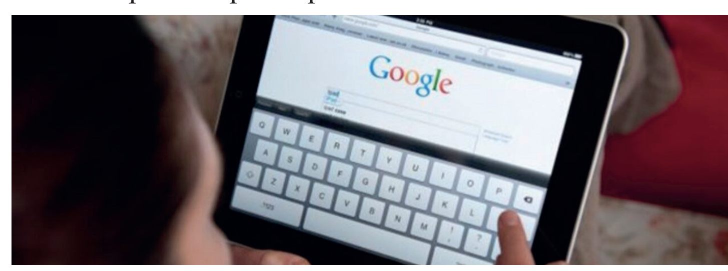
Segundo a reportagem, usuários teriam que pagar uma assinatura premium para ter acesso aos novos recursos de pesquisa, que trariam respostas similares ao ChatGPT. Os usuários pagantes continuariam a ver anúncios na ferramenta, tal como os não pagantes, que teriam acesso apenas ao mecanismo de busca tradicional. No ano passado, o Google lançou para alguns usuários a versão da sua ferramenta de buscas com IA generativa.

Os planos de assinatura poderiam ser uma forma encontrada pela empresa para cobrir os custos do processamento por IA, que são mais caros do que das buscas tradicionais. Há relatos de que a Microsoft e a OpenAI, do chatGPT, estão planejando construir um supercomputador chamado Stargate em conjunto com um data center, no valor de US$ 100 bilhões (aproximadamente meio trilhão de reais) para suprir a demanda crescente de processamento do serviço de inteligência artificial da OpenAI.

A notícia, que sinaliza que a empresa está buscando alternativas ao seu modelo baseado em publicidade, fez com que as ações da Alphabet caíssem cerca de 1%.

"Não estamos trabalhando ou considerando uma experiência de pesquisa sem anúncios. Como já fizemos muitas vezes antes, continuaremos a desenvolver novos recursos e serviços premium para aprimorar nossas ofertas de assinatura no Google", disse a empresa à Reuters, quando questionada.

IstoeDinheiro



Nubank lança conta global para clientes do Ultravioleta, segmento de alta renda



O Nubank fez na segunda-feira, o pré-lançamento de sua conta global, que permite aos clientes comprar moedas estrangeiras com custos mais baixos. O lançamento oficial será nas próximas semanas, e os clientes do Ultravioleta, segmento de alta renda da fintech, poderão se inscrever antecipadamente para ter acesso ao serviço no lançamento oficial, que será em algumas semanas.

De acordo com o banco digital, a conta global permitirá conversões de saldo de real para dólar e euro de forma instantânea, sem a necessidade de transferir o dinheiro para outra conta. A tarifa de conversão é de 0,9%, além da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 1,1%. As operações usam o câmbio comercial, mais barato que o de turismo.

A conta terá um cartão de débito aceito em mais de 200 países e territórios, e para os clientes Ultravioleta, não há taxa de emissão do cartão, abertura ou de manutenção da conta. Os clientes poderão ainda fazer dois saques gratuitos em moeda estrangeira por mês, também com cotação comercial e sem limitação de valor, ao redor do mundo.

Outro benefício é a internet gratuita em viagens internacionais, com 10 GB de internet válidos por 30 dias em mais de 40 países, através de um chip virtual que pode ser ativado uma vez por ano.

A conta global do Nubank usa a infraestrutura da Wise Platform, área de fornecimento de infraestrutura da fintech Wise, que também oferece contas internacionais. O objetivo da fintech é reforçar a oferta para clientes de alta renda. Esse mesmo objetivo levou a fintech a relançar o Ultravioleta como marca para este segmento, no começo do ano.

"O segmento de viagens é prioritário para este público e entramos nele com os diferenciais Ultravioleta que os clientes já conhecem – um produto desenvolvido especificamente para suas necessidades, com uma experiência 100% integrada no nosso app, que pode ser utilizado em qualquer lugar do mundo, com condições especiais e benefícios únicos, como melhores taxas de conversão, além de internet gratuita inclusa", afirma a CEO do Nubank no Brasil, Lívia Chanes, em nota.

IstoeDinheiro